

544

# PRISMA



## REVISTA DE FILOSOFIA CIÊNCIA E ARTE

DIRECTOR:  
AARÃO DE LACERDA

### SUMÁRIO:

A MORTE DE UM HERÓI  
«MAPAS» DE PONTO-DE-CRUZ  
A MANHÃ E A NOITE (Versos)  
FOLCLORE DE RIBA D'AVE  
JUDEUS EM GUIMARÃIS  
ELEGIA (Versos)  
O PROBLEMA DA HIDRÁULICA AGRÍCOLA  
TRÊS POEMAS DA «MEDITAÇÃO DO MUNDO  
SENSÍVEL» (Versos)  
ROMARIA  
CANÇÃO TARDIA (Versos)  
UM MÚSICO DA TERRA: LUIZ COSTA  
CARICATURISTAS PORTUGUESES  
CANÇÃO (Versos)  
ANSIEDADE (Versos)  
BALANÇO...

ANTÓNIO CID  
ARMANDO DE MATTOS  
ARMANDO DE LACERDA  
MARIA CLEMENTINA PIRES DE LIMA  
A. L. DE CARVALHO  
JOÃO ALVES  
JOÃO BRAGA

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO  
PEDRO DA CUNHA  
PEDRO HOMEM DE MELLO  
CARLOS MANUEL RAMOS  
ALBERTO MEIRA  
ROBERTO BURNS - Trad. de LUIZ CARDIM  
LUIZ GUEDES DE OLIVEIRA  
AMÉRICO PIRES DE LIMA

DESENHOS de LUIZ FELIPE (nas págs. 108 e 117)  
CAPA de AUGUSTO GOMES      GRAVURAS de MARQUES ABREU

# PRISMA

REVISTA DE FILOSOFIA, CIÊNCIA E ARTE  
PUBLICAM-SE QUATRO NÚMEROS POR ANO

DIRECTOR:

AARÃO DE LACERDA

DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Praça da República, 197 — PÓRTO

EDITOR:

ALEXANDRE COELHO

DEPOSITÁRIO: DOMINGOS BARREIRA

LIVRARIA SIMÕES LOPES — Rua do Almada, 123 — PÓRTO

Composta e impressa na IMPRENSA MODERNA, LIMITADA — Rua da Fábrica, 80 — PÓRTO

Esta revista será enviada aos senhores assinantes contra reembolso, ao preço de cinco escudos.

---

---

**IMPRENSA MODERNA, L.<sup>DA</sup>**

==  
**TIPOGRAFIA e  
ENCADERNAÇÃO**  
==

**RUA DA FÁBRICA, 80**

TELEFONE, 883

**PÓRTO**

## A MORTE DE UM HERÓI

AQUELA poderosa sinfonia que o génio bárbaro do músico germano, escreveu, sôbre o ocaso, de-certo, dum poderoso dêste mundo, era dilecta ao alto espírito que, semanas há, abandonou a sua máscara de argila e teve nesta vida o nome glorioso de D'Annunzio.

Algures, no «Il fuoco», o poeta nos descreve a morte de Wagner, no silêncio lacustre da nobre e serena Veneza, mirando-se no espelho verdoso e baço das suas águas quietas.



«NOTTURNO»

Da capa do livro de Gabriel d'Annunzio  
«Notturmo», desenhada por A. de Carlos  
Piceni

O místico criador de harmonias indefinidas que tão alto se elevam daquela semana santa protestante que é o *Parsifal*, o inovador que fêz da música, que primeiro foi matemática dos espaços e dos tempos, uma função da inteligência, acabava de expirar nos braços da Companheira querida: «o mundo parecia diminuído de valor», dizia D'Annunzio, o coração compungido diante do luto fatal.

Cada vêz que uma grande alma, um espírito nobre, deixa o corpo frágil da terra gerado, todos sentimos obscuramente que um grande bem se perdeu para sempre e sem remédio. Não é a saúde, na definição ingénua, achar alguma coisa menos...

Há meio século, Gabriel D'Annunzio, no esplendor do seu talento e da sua mocidade pagã e cruel, chorava o gigante alemão, que, com poderoso fôlego, criara da clássica, a música moderna.

Hoje somos nós que carpimos o elegante poeta, que soube esculpir-se a si próprio, no mármore claro da sua obra e no bronze heróico da sua vida: que modelou a máscara áurea que ficará para a posteridade, como a dos Príncipes micénicos da sua «Cittá morta»...

Poeta, digamos, porque, através a sua vária obra, desde o romance ao teatro, de «Il piacere» ao «Trionfo della morte», das «Rime» ao «Laus Vitæ», da «Nave» à «Fedra», D'Annunzio ficou sempre poeta, apaixonado prosodista, quer sacrificasse a Eros, quer a Anacreonte, quer à Musa da Tragédia: o seu encanto supremo é o que êle chamava «o poder íntimo de transfigurar e sublimar», a capacidade de renovação dos vélhos mitos helénicos ou latinos, numa matéria plástica, tersa e perfeita, o seu formoso italiano, que nunca deixa de correr, elegante e patricio, como o latim de Horácio ou o grego de Píndaro. Dissemos que D'Annunzio soube compor, na sua obra pulcra, o seu mesmo perfil de moeda, o seu próprio busto romano: o «Stelio Effrena» do «Il fuoco» é o retrato pagão; dá por pago o sacrifício da grande trágica que se votou de alma e corpo, como escrava, à sua pessoa e obra, com a sua moeda literária habitual, chamando-lhe «a aparição melodiosa do sofrimento criador e da soberana bondade»: o latino sempre foi cruel; não esqueçamos as Circenses, nem os crucificados, archotes iluminando as nocturnas naumaquias; não achareis em Horácio o menor sentimento lírico, digamos romântico, votado às mulheres em geral, mesmo às patricias das suas boas relações palacianas; não topareis em Ovídio, fora dos mitos gregos que tão bem verteu, mais do que a liberta, criatura do prazer, ainda que nas suas «Tristia» e «Elegias», escritas no Pontum áspero e glacial, tantas vêzes suplique a espôsa, que solicite a Octávio o perdão do seu atroz destêrro: não admireis pois como é tratada em «Il fuoco» a trágica portento, «Foscarina»; dói-nos o coração de ver a excelsa actriz, no papel das moças do mundo da «Ars Amandi», ao tempo que lamentamos que o Poeta (que aqui

parece incôscio da dignidade da sua arte e sem respeito pela amante nem pela trágica) a faça descer tanto como mulher, ao tempo que a quer elevar como génio da cena.

Faltará ao itálico, directo descendente do romano, aquela elegância no amor e na paixão que pôde conceber a Menina e Moça e o D. Queixote? Não foram Petrarca e Sanazaro os mestres de Lasso e de Camões? Romeu é na verdade de Verona, bocaciano, ou pura criação do génio nórdico tão realista como romântico que foi Shakspeare? Não; para o português lírico e saudável, para o castelhano de capa e espada, a mulher pode volver-se no seu espírito um Dynamene, uma Dulcinea, uma irrealdade platónica, mesmo, mas nunca a manceba do mundo ou a matrona um tanto livre das letras latinas. Todavia êsse primeiro cunho do mundano D'Annunzio, essa signa que parece gravada por buril de grego miniaturista, tem como tôda a medalha, um reverso e quantas vêzes não é melhor que a face. Se a cara é pagã, as cruces são cristãs.

Não posso imaginar (senão pelos seus poemas e romances, que blasonam estar acima de tôda a moral) como fôsse essa primeira imagem gentilica de D'Annunzio quando de puro pagão; dir-se-ia que o poeta se modelara uma máscara, de propósito feito, dura e antiética de super-homem Nietzscheano, que não podia despertar a quem a via sentimentos de calorosa humanidade: quem conhecia o Poeta pela sua obra e retratos (e eram muitos os da minha geração que o liam), não lograva desprender-se dum repugnar, contra o que nos parecia artificiosismo literário, mesmo, amoralidade adoptada, é certo, como elegância: assim, enquanto amávamos do coração a Rostand, com o seu belo romantismo impenitente, respeitávamos, mais pela intelligência do que queríamos, a D'Annunzio, sempre árbitro de atitudes à moda, mas que nos parecia, no fundo, insincero e frio.

Bem entendido, passava isto antes daquele humaníssimo drama da Filha da Iorio e alguns anos volveram ainda até ao

S. Sebastião e Cola de Rienzo. Mas, na verdade, D'Annunzio era tal como, com tanta complacência por si próprio, se retratava nos seus romances? Não o creio; o poeta usava de artifício e aparentava, qual outro Bataille, o D. Juan de Manara, cínico que nunca foi por honra das suas letras; creio, ao contrário, que nos últimos vinte-e-cinco anos se votou a uma disciplina ascética, tão nobre como fecunda; só esta maneira de existência, onde não passava uma claridade suave de feminina aparição, pode explicar a sua vida heróica, de perene risco, de soldado.

D'Annunzio prepara-se para servir a Pátria no seu longo destêrro do fundo do Golfo da Gasconha: a contemplação do oceano revôlto tempera a alma no estoicismo; a floresta atlântica, outro verde-negro e ondeante oceano, como não lhe sussurraria os grandes feitos que no passado acordaram os seus ecos?

Assim, entre os pinhais a perder de vista e o infinito mar, se «transhumanizava», como êle tão bem dizia.

Perdoemos ao glorioso desaparecido o amor próprio (não há sentimento mais humano...) com que se pintou no seu Stelio, Spereli e outros de requintada cultura, e o seu narcisismo grandelôquente; mas que é a obra literária de ficção poetizada senão a «catharsis» que se opera, por demasia de emoção, no espírito do autor?...

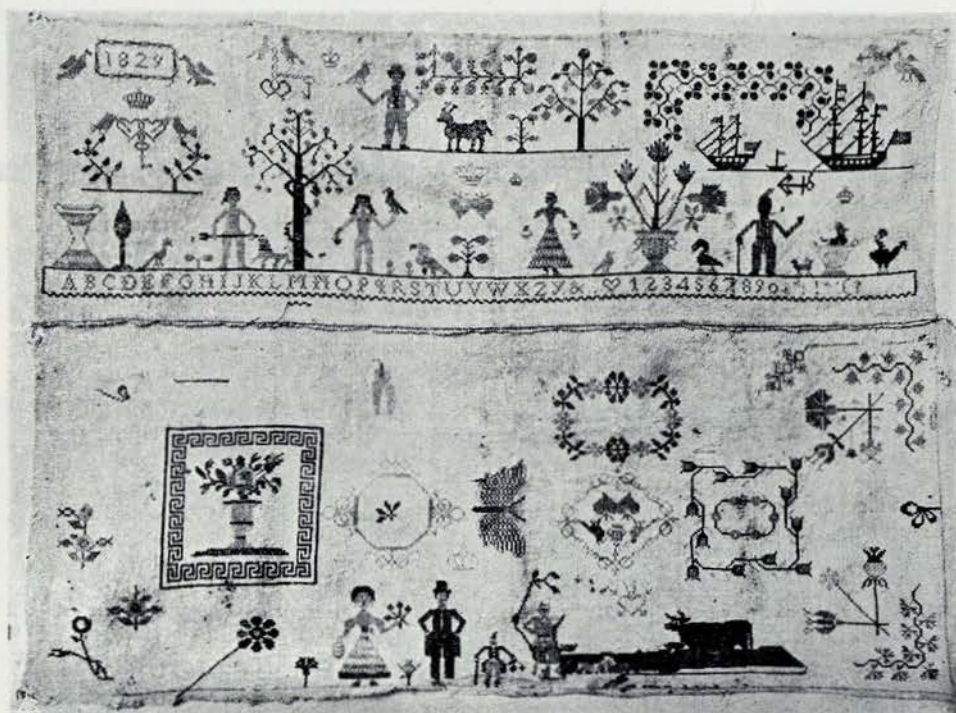
ANTÓNIO CID.



# «MAPAS» DE PONTO-DE-CRUZ

(NOTA DE ETNOGRAFIA ARTÍSTICA)

QUANDO as nossas avós, ainda pequenas, eram, pelos seus pais, entregues aos cuidados das *ursulinas*, ou das *mestras régias*, começavam a sua iniciação nas primeiras letras, paralelamente com os trabalhos de costura e bordado, muito justamente considerados como as melhores prendas de mãos que se lhes podiam dar, a-par da aprendizagem da música.



(Exemplar do Museu Municipal de Azuaga, de Gaia — Oferta do autor)

Este mapa é datado de 1829. Com excepção de um motivo campesino da parte inferior, bordado mais tarde, é típico como mapa português.

Por isso, ao mesmo tempo que iam soletrando a cartilha, e solfejando com enfado, não esqueciam a agulha, com que, por vèzes, picavam os seus deditos inexperientes.

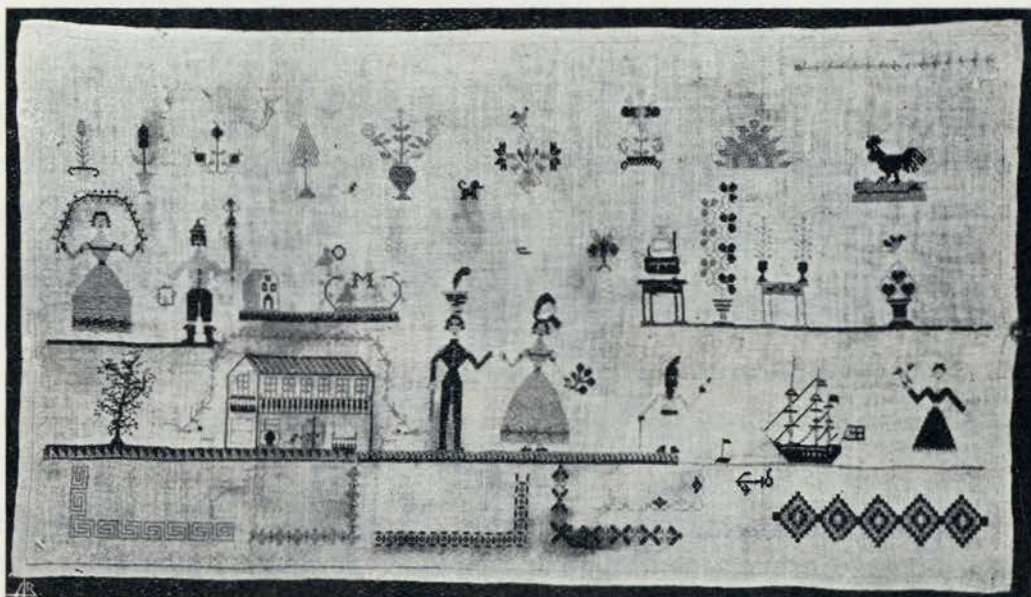
De todos os *pontos* que tinham de aprender, um dos mais em voga e ao mesmo tempo dos mais acessíveis aos seus cuidados de crianças, era o *ponto-de-cruz*, executado num tecido de linho chamado talagarça, que pela sua trama grossa e de clara esquadria, muito facilitava tal bordado.

Começavam, pois, por aprender o ponto-de-cruz, também chamado vulgarmente *ponto-de-marca*, por ser de uso geral o seu emprêgo no bordado



(Exemplar do Museu Municipal de Azuaga, de Gaia — Oferta do autor)

Este mapa oferece-nos uma curiosidade que talvez o torne único no género. É ter sido feito por um homem, que nêle deixou o seu nome bordado. Explica-se o caso, dizendo que fêe era capitão de marinha mercante, na primeira metade do século XIX.



Curioso exemplar, ainda bordado segundo os motivos tradicionais e a inspiração da bordadeira.

das letras e cifras de marcar a roupa do corpo e da casa, para o que lhes davam uns bocados, rectângulos quási sempre, do tal tecido, onde faziam





os algarismos, e, muitas vezes, os nomes e as datas, o que é sempre um pormenor de interesse, especialmente para quem queira examinar estes *mapas*, com o sentido etnográfico.

Ao lado prático da aprendizagem das marcas, vinha então o motivo decorativo que serviria para o embelezamento do seu futuro bragal. Bordados em ponto-de-cruz, ou de marca, eram, depois, os lençóis, os almofadões, os roda-pés ou guarda-camas, as toalhas, etc., não esquecendo os panos que se colocavam nos espaldares dos canapés românticos.



O Brasil dá-nos também o seu testemunho. Neste exemplar destacam-se alguns motivos, bem típicos e tradicionais, que nos deixam adivinhar as composições dos *mapas* brasileiros.

Inicialmente, os motivos decorativos eram numa estilização popular, cheios de um ingénuo encanto. Eram os assuntos tradicionais, que passavam, copiando-se, de *mapas* antigos a *mapas* novos.

Depois, já no meado do século passado, tornaram-se incaracterísticos, pela difusão de modelos litografados a côres, em folhetos de importação.

Os motivos passam a ser os mesmos em muitas regiões, e, por serem compostos por desenhadores, já não têm o sugestivo encanto dos antigos.

Os vólhos assuntos que se notam ainda nos *mapas* de há cem anos, são de uma tal feição popular, que é fácil encontrar a sua réplica na decoração de bordados da roupa branca da gente de Barroso; nas camisolas dos poveiros; nas camisas das lavradeiras minhotas; nas meias dos campinos; nas pinturas das proas dos moliceiros da Ria de Aveiro e dos barcos do mar, da Caparica; em tatuagens; em *lenços-de-mão*, com quadras bordadas, delícia de

conversados em romarias do Norte; em azulejos de figura avulsa, que tanto enriquecem a documentação cerâmica do século XVII e XVIII; em ferros de encadernador, etc., etc.

Não se creia na origem portuguesa destes *mapas*, ou melhor, no seu exclusivismo para a nossa terra. Tenho notícias deles, pelo menos em Inglaterra, sendo de crer que noutros países se encontrem, dado o caso de



Quási de nossos dias este *mapa*! A-pesar-de tódas as novidades que asfixiam os melhores e tradicionais hábitos do nosso povo, ainda em 1921, pelo menos, se faziam *mapas* de ponto-de-cruz, embora não seja da corrente de assuntos tradicionais.

serem de origem francesa, os tais livrinhos com os modelos avulsos, que outrora tanto abundavam. O ponto-de-cruz, pelo menos, encontra-se na Rússia Meridional e na Baixa Áustria.

Hoje, é claro, com a divulgação que tódas as cousas têm, pode observar-se o seu emprêgo em tódas as partes do mundo. Desde a América à Índia e à África, se encontram bordados mais ou menos típicos, a ponto-de-cruz.

É possível que se dê com este motivo etnográfico, no que respeita à sua origem, o mesmo que com certos sinais simbólicos rupestres que se encontram nas regiões mais diversas, ou a maneira da decoração popular incisa em madeira, que é peculiar a povos infinitamente distantes uns dos

outros. Creio, mesmo, que este ponto seja o de técnica mais antiga, porque ele imita, por vezes completamente, a técnica da referida arte incisa da madeira. O motivo essencial é bem primitivo, para que possamos admitir esta hipótese.

No entanto, os nossos *mapas* antigos, têm cunho nacional e são dignos do maior interesse, pois é uma faceta ainda pouco ou nada notada, para o estudo da nossa etnografia, que muito lucraria em ver recolhidos aos museus



( Museu Municipal de Azuaga, de Gaia — Oferta do autor )

Lenço de mão, bordado a ponto-de-cruz, originário da Beira-Alta, com a seguinte quadra, verdadeiramente romântica:

UNAO TEUER METIRA AUIDA.  
 NAOTE FALLAR ME ATORMENTA.  
 TUA OSENCIA ME MALTRATA.  
 CÓ TUA VISTA ME ALLENTA.

desta especialidade, os exemplares que fôsse possível conseguir, especialmente os antigos.

Rocha Peixoto, que estudou com desenvolvimento o ponto-de-cruz, não toca nos *mapas*, assunto desta nótula.

As cores predominantes destes bordados dos *mapas*, são o vermelho, em primeiro lugar, e depois o azul. Isto para os antigos, ou antes, para os

que eu chamo de tipo tradicional. Para os outros, aparecem as combinações matizadas.

O ponto-de-cruz pode ser de duas maneiras, isto é, ou trabalhando da direita para a esquerda e fazendo com que o bordado, do lado do direito, fique sempre cruzado com a mesma orientação, tendo o cuidado de que os pontos do avêso formem carreira, ou fazendo com que o ponto forme quadrados pelo avêso, embora pelo direito cruze irregularmente.



Exemplar inglês, de 1829.

(Reproduzido da revista *Homes and Gardens*, número de Janeiro de 1929, pág. 268).

Cabe recordar aqui, que o velho ponto-de-cruz, foi o empregado numa indústria peninsular, que, no entanto, se fixou na história das artes regionais, pelo nome português: quero referir-me aos tapetes de Arraiolos, que eram bordados usando o primeiro sistema indicado de ponto-de-cruz.

Nos *mapas* constantes desta pequena colecção, notamos, já, os motivos precisos para que se possa deter sobre eles a nossa atenção, depois das palavras que acabam de ler-se.

É um primeiro núcleo de estudo, que se apresenta aos etnógrafos portugueses.

ARMANDO DE MATTOS.

## A MANHÃ E A NOITE

**L**ENTAMENTE...  
Cessa a nota dolente  
Pasmada  
Dum silêncio azul.

Desnudara-se da Noite  
Madrugada virginal;  
O Sol dando à luz o Dia  
Desanuviou, festivo,  
Claridade triunfal

Irradiando  
Inundando de luz  
Terras e espaços.

Trigais ondulantes  
Germinando...  
Murmurando...  
Rezando com fervor  
Uma oração — o Pão.

Sol criador!  
Pão nosso de cada dia;  
Espigas d'oiro, cheias de promessas  
Que morreis por nós,  
Como o Filho de Maria,  
Nosso Senhor.

Lentamente...  
Volta a nota dolente  
Pasmada  
Dum silêncio azul.

## FOLCLORE DE RIBA D'AVE (1)

**N**UM artigo brilhante do *Monde Musical*, dizia há pouco o célebre Alfred Cortot: *L'enrichissement intellectuel n'est pas tant fait de ce qu'on apprend que de ce qu'on éprouve.*

Quantos poetas enriqueceram a sua inspiração, aproximando-se do grande Poeta anónimo que é o Povo português! Desde El-Rei D. Diniz até aos vates do *Cancioneiro de Garcia de Rezende*, desde Gil Vicente até Garrett, João de Deus e António Correia de Oliveira, quantos altíssimos poetas cultivaram a sua inteligência em contacto com o nosso Povo!

Ricardo Wagner não poderia realizar a sua extraordinária revolução artística se não se tivesse aproximado do povo. Foram as lendas populares da Alemanha que o inspiraram, e Wagner, entendendo «que a música devia ser fertilizada pela poesia», não teria produzido o *Tannhäuser*, o *Lohengrin*, o *Ouro do Reno*, a *Valkíria*, o *Siegfried*, se não se inspirasse nas maravilhosas lendas da Renânia e de outros países germânicos. Na Alemanha, também Brahms, nas suas composições juvenis (1848-50), se inspirou em algumas canções populares (2).

«É vulgar dizer-se, afirma o nosso insigne musicólogo Moreira de Sá (3), que a música é uma linguagem universal. Ao mesmo tempo fala-se da música francesa, italiana, alemã, parecendo significar que há uma linguagem musical francesa, outra italiana, outra alemã. Na realidade, o que há, é distinção no modo de sentir e de conceber os pensamentos. Cada nação tem a sua idiosincrasia musical, de onde resulta uma maneira própria de usar a mesma linguagem musical como meio de expressão.

Mas como, em tódas as línguas, há a linguagem popular e a erudita, assim também existe a linguagem musical popular, produto directo e espontâneo da alma do povo, subsistente na canção e na música de dança popular, e a linguagem erudita, comum a tódas as nações cultas, formada dos mesmos princípios e elementos essenciais.»

Vários compositores do século XIX, como Glinka na Rússia, ao qual se seguiram Mussorgski e tantos outros, Grieg na Noruega, e Smetana

---

(1) Conferência pronunciada nos *Estudos Portugueses* a 8-5-1937. Repetida no Conservatório de Música do Pôrto a 29-5-1937.

(2) J. Müller — Blattau — *Johannes Brahms*.

(3) Moreira de Sá — *História da Evolução Musical*.

na Boémia, aproveitando genialmente os motivos populares, criaram a música nacional dos russos, dos escandinavos e dos checoslovacos. Segundo Herriot, <sup>(1)</sup> muito contribuiu para a independência desta última nação a obra musical de Smetana.

O mesmo aconteceu em Espanha. Se, num concêrto, se executarem composições de Granados, de Albeniz, de Turina, de Falla, não precisamos de consultar o programa para saber que ouvimos música espanhola.

Estamos em Portugal a entrar numa fase de nacionalismo intenso, que deve levar-nos a uma nova Renascença, como na era de Aviz.

Apareceram então navegadores a descobrir novos mundos e poetas a cantar as nossas façanhas.

A época das Descobertas passou há muito e a Renascença que desponta há de orientar-se em novos rumos, tornando-nos grandes nas ciências, nas letras e nas belas-artes.

Hão de surgir grandes compositores, capazes de estilizar ao máximo as trovas colhidas no Alentejo por Francisco de Lacerda e os corais que recolheu no Minho, Gonçalo Sampaio. E assim aparecerá a música nacionalista portuguesa, que há de honrar-nos e engrandecer-nos, como a ciência e a literatura nacionalistas portuguesas.



Há alguns anos que, por incitação de meus pais, me entretenho, nos meses de férias, a colhêr cantigas populares, numa região do Minho. A tarefa não tinha quaisquer intuitos etnográficos ou folclóricos. Discípula do insigne Mestre de composição M. Lucien Lambert, apenas buscava, nas melodias populares, motivos para futuras composições, se, porventura, algum jeito viesse a descobrir em mim para a arte de composição musical, o que de facto não acontece. Ao meu venerando Mestre, de espírito sempre moço, cuja boa vontade tornou possível êste modesto ensaio, os meus protestos de gratidão muito sincera!

Na harmonização das melodias populares recomendam os etnógrafos a extrêma simplicidade, com o que nem todos estão de acôrdo: assim, o ilustre Francisco de Lacerda, que tanto se notabilizou na colheita do folclore musical português, nem sempre usou de simplicidade nas suas harmonizações. E o grande Ravel levou às maiores audácias as estilizações que fêz das suas *Méodies Grecques*.

Parece-me, portanto, que o compositor, embora deva respeitar a melodia simples do Povo, tem grande liberdade na expansão do seu temperamento musical.

No meu singelo trabalho, fui cercada de gentilezas e de brilhante

<sup>(1)</sup> *Le Monde Musical* — 31-10-1928.



cooperação. A Mestra portuense do *Lied*, D. Ofélia Diogo, destacou amavelmente para esta festa uma das suas melhores discípulas, a minha amiga Noémia Macedo Pinto, cuja voz delicada vai interpretar as melodias que recolhi.

Para as harmonizar tive a colaboração de grandes competências especializadas do Pôrto que, à porfia, se dignaram aceder ao meu convite: a minha amiga e distinta Artista Berta Alves de Sousa e os Srs. Profs. Lucien Lambert, Luiz Costa e Cláudio Carneiro.

Estamos, pois, em presença de uma espécie de jogos florais. Para os classificar, grande dificuldade teria o júri, pois, tirando as minhas insignificantes tentativas, a fazer justiça, a todos deveria conferir a mais categorizada rosa-de-ouro.

Aos meus colaboradores apresento efusivos agradecimentos, manifestando a maior gratidão ao Sr. Prof. Dr. Aarão de Lacerda, ilustre secretário e animador dos *Estudos Portugueses*, pelo seu honrosíssimo convite.

São, às-vêzes, muito curtas certas melodias populares, mas nem por isso deixam de exprimir largas ideas e profundos sentimentos. Nos catorze versos dum soneto pode um poeta dizer mais que num vasto poema e ao Povo basta uma quadra para exprimir grandes conceitos.



Chamei a êste feixe de cantigas «Folclore de Riba d'Ave», porque as colhi tôdas em S. Simão de Novais, aproveitando as cantadeiras da região fabril que se estende, no vale do Ave, entre aquelas duas freguesias do concelho de Famalicão.

Naquelas terras canta-se pouco e mal: a vida agrícola foi suplantada pela indústria e o trabalho fabril não é alegre como o labor dos campos. A própria população destes lugares aumentou extraordinariamente com o desenvolvimento da indústria de tecelagem e, de todos os pontos do Norte do País, acorreram pessoas a pedir trabalho nas fábricas.

A minha principal informadora é, por exemplo, natural de Fafe e teve, durante anos, vida nómada, a vender crivos e peneiras por Trás-os-Montes. Por lá aprendeu muitas cantigas, transmitindo às filhas a sua arte de cantadeira.

As canções que vou apresentar, em grande parte, não são, pois, criações do povo de Riba d'Ave. Mas aqui as colhi e, por isso, assim baptizei o meu pequeno trabalho.

Não se faz idea da tenacidade que é preciso desenvolver para conseguir uma obra destas, por mais insignificante que seja. Em geral, as pessoas que sabem estas deliciosas composições musicais recusam-se a cantá-las diante de gente da cidade. São desconfiadas essas pobres mulheres e não compreendem o interesse que possa haver em ouvi-las.

«Eu hei de pôr-me de guelas abertas diante desta *fidaurga?*» — clamou uma espadeladeira, recusando-se a mostrar as suas habilidades. Em compensação encontrei outra cantadeira, que, muito modestamente, se intitulava minha professora, dizendo a tôda a gente que ensinava a cantar a menina do doutor da Charneca.

Lamento o pequeno êxito da criatura, pois que, infelizmente, nunca me atrevi a entoar uma nota sem primeiro a desafinar algumas vêzes...

Também não é trabalho de pouca monta expurgar a pura e ingénua arte popular das *músicas de triato*, que tanto a vão infeccionando.

### Meu amor, ontem à noite

*Allegretto*

Meu a - - - mor, on - tem à noi - te,

Pe - la vi - da me ju - - rou: - Que si - a dei - tar ao

mar - A - trás dêl' é qu'eu não vou...

Sabendo como é árdua a tarefa, presto a minha homenagem de sincera admiração aos beneméritos etnógrafos que, para salvar um grande manancial de arte portuguesa, percorreram o nosso País de Norte a Sul, recolhendo aos centos as cantigas do Povo. Glória a Fernandes Tomaz, Francisco de Lacerda, Gonçalo Sampaio, Cláudio Carneiro, Armando Leça e aos outros investigadores do folclore musical da nossa terra!

Há dezenas de anos, ou talvez desde séculos, as mães desta região embalam os seus meninos ao som da melodia cheia de ternura que apresentarei em primeiro lugar e que foi harmonizada por mim. Entusiasmada com o encanto desta canção do berço, fiz sôbre ela um ensaio de harmonização para piano, que foi publicado na *Ilustração Moderna* do Natal de 1931 e executei-a no Conservatório de Música do Pôrto, nas noites de 12 de Junho de 1933 e 24 de Janeiro de 1935, em concêrtos de obras originais de discípulos do meu venerando Mestre M. Lucien Lambert.

No concêrto realizado no Conservatório de Música do Pôrto a 12 de

Junho de 1933, toquei as seguintes melodias, por mim recolhidas e harmonizadas para piano: «Os olhos da Maganita», «O vinho», «O setenta» e «Nana, nana, meu menino» e depois repeti o trabalho na Rádio-Pôrto, na noite de 31 de Janeiro de 1935. Esta canção do berço inspirou ao Sr. Alberto Figueirinhas uma curiosa poesia inédita, assim intitulada: «Como as mães hoje adormecem os filhos ou o salutar emprêgo dos estupefacientes».

Quando as meninas se desenvolvem e começam a freqüentar a Escola, nas horas vagas, entretêm-se nas engraçadas e alegres danças de roda e outros divertimentos acompanhados de música.

Muito bela é a canção infantil «De madrugada», que ouvirão em segundo lugar, e cuja harmonização devo ao Prof. Lambert. Segue-se-lhe a canção «Linda Amora», que foi harmonizada pelo mesmo, de colaboração comigo.

A gente do Minho, sobretudo a que se dedica à lavoura, é profundamente religiosa. Na iminência de qualquer desgosto, o bom do minhoto oferece *umas romeiras* a Nossa Senhora; isto é, promete mandar a uma capelinha mais ou menos distante um grupo de meninas a cantar em câoro a Ave-Maria.

É uma linda canção religiosa a que tem o n.º 4 e que foi inspiradamente harmonizada, como tôdas as de carácter religioso que vão a seguir, pelo Prof. Lambert. Eu já tinha harmonizado para coral aquela Ave-Maria das *Romeiras*, e assim foi cantada, a 2 de Fevereiro de 1934, na festa da Candelária, na Igreja dos Carmelitas, por um grupo de «Filhas de Maria», sob a regência do *maestro* Afonso Valentim.

São muito belas as três melodias seguintes, de carácter religioso: «S. Sebastião», «As nossas crenças» e o «Bemdito». A 5.ª, dedicada a S. Sebastião, advogado contra a peste, fome e guerra, apresenta uma escala arcaica de-veras curiosa. Talvez essa canção, que parece fragmentária, venha já do tempo da *peste grande* do século XVI...

A 6.ª talvez seja música popularizada há poucos anos e a 7.ª, verdadeiramente emocionante, é cantada pelo povo quando o padre leva o Viático aos moribundos (*Senhor-fora*). Mas, como tristezas não pagam dívidas, o povo esquece de-pressa as impressões deprimentes, para se dedicar ao trabalho, ao som de alegres melodias.

Têm certa semelhança as de números 8 e 9 («Maria Rita» e «Mariana»), cuja harmonização devo também ao Prof. Lambert.

As raparigas do Minho começam a *espigar* muito cedo e logo apresentam esta solicitação, que se encontra na colectânea de quadras populares recolhidas por meu irmão Fernando:

Minha mãe case-me cedo,  
Emquanto sou rapariga:  
O milho sachado tarde  
Não dá palha nem espiga...

Minha mãe case-me cedo  
 Que a causa bem a sabeis:  
 O dado são quinze anos  
 E eu já tenho dezasseis...

De maneira que as ingénuas dancinhas de roda, rapidamente descambam em canções amorosas, tão belas, tão variadas, tão exuberantes...

Na série que vou executar, predominam, está claro, as canções de amor. A de número 10, «Coração que a dois ama», foi harmonizada pelo Prof. Lambert, de colaboração comigo; a de número 11, «Lampião da esquina» e a de número 12, «Meu amor, ontem à noite», tão curtas como expressivas,

### MANUEL

*Vivace*

Ai, sim, Ma - nu - - el, ai, sim!

Rou - ba - ram o meu ra - paz: Em lu - gar dê -

-le 'stá ou - tro, O - lh'a fal - ta qu'ê - le faz.

harmonizei-as eu e, das três seguintes, devo a harmonização à distintíssima Artista e querida amiga Berta Alves de Sousa. «Os olhos da Maganita», «Dobadoira» e «Rosa de Alexandria» (números 13, 14 e 15). Com o nome desta última, colheu o Prof. Gonçalo Sampaio, na Póvoa-de-Lanhoso, outra canção, muito diferente, que foi publicada no *Prelúdio do Orfeonista*, de Afonso Valentim.

As duas melodias seguintes (16 e 17), «Aqui se canta» e «Na noite de S. João», foram harmonizadas pelo Prof. Lambert. Esta última não sei se é perfeitamente popular, ou se foi popularizada. Colhi-a efectivamente do povo, mas soube depois que se tratava duma canção divulgada numa revista pela actriz Satanela (1).

(1) Acabo de verificar que, tanto a letra como a música, muito lucraram ao passar pelo crisol do povo.

O meu querido Mestre Luiz Costa, a quem a minha educação musical tanto deve, harmonizou para canto duas melodias populares, que eu já tinha tentado harmonizar para piano e que foram orquestradas pelo Prof. Lambert. É a primeira (18) «O setenta», uma canção minhota muito característica. O povo não quer referir-se a um véelho caduco, mas sim a um rapagão que tinha aquêlo número na tropa. Sobre esta melodia, o Prof. Lambert compôs «Petites variations sur un thème paysan portugais recueilli par M.<sup>elle</sup> M. C. Pires de Lima».

Tive ocasião de tocar essa obra no já citado concêrto realizado no Conservatório de Música do Pôrto, em 24 de Janeiro de 1935. A segunda das canções harmonizadas pelo Mestre Luiz Costa (19) é a canção báquica «O vinho», própria para ser cantada nas vindimas. Os versos são incorrectos e não têm nada de formosos, mas a melodia é brilhante e original e a inspirada harmonização do Prof. Luiz Costa deu-lhe muito grande relêvo.

Esta canção do vinho faz lembrar singularmente a obra vicentina «Pranto de Maria Parda» por que via as ruas de Lisboa com tão poucos ramos nas tabernas e o vinho tão caro, e ela não podia viver sem êle.

Em seu testamento, a bêbeda de Gil Vicente assim determinava:

« A minha alma encommendo  
A Noé e a outrem não,  
E meu cõrpo enterrarão  
Onde estão sempre bebendo (1).

. . . . .  
Item mais mando levar  
Por tochas cepas de vinha,  
E hũ a borracha minha  
Com que me hajão d'encensar,

. . . . .  
E irei, pois mais não pude,  
N'hum quarto por ataude,  
Que não tivesse agua pé.

. . . . .  
Diante irão mui sem pejo  
Trinta e seis odres vazios,  
Que despejei nestes frios,  
Sem nunca matar desejo.»

Segue-se-lhe a dança de roda número 20 «Machadinha», harmonizada por Berta Alves de Sousa, que a aproveitou para uma obra inédita. Esta

(1) Cf. canção «O vinho»:

Hei de morrer numa adega:  
O tonel é o meu caixão,  
Hei de levar de mortalha,  
Um copo de vinho na mão...

melodia já tinha sido recolhida há anos por meu tio Dr. Augusto César Pires de Lima (Jogos e canções infantis). Tanto a letra como a música são, contudo, muito diferentes. Também difere muito da melodia que colhi a que vem publicada, com o mesmo título, num livro de Armando Leça (1).

A de número 21, «Laranjeiras de Vilar», foi também harmonizada pela mesma distinta Artista, e oferece a rara particularidade de ser a única que ouvi em modo menor.

A Berta Alves de Sousa, devo igualmente a harmonização brilhante da canção número 22, «Mariquinhas».

### CANÁRIO, LINDO CANÁRIO

*Allegretto*

Ca - ná - - rio, lin - do ca - - ná - rio! ca - ná -

- rio, meu lin - do bem: Quem me de - ra u - ma

pê - na qu'o lin - - do ca - ná - rio tem ...

Como me dissessem que esta canção não era popular, mas sim da autoria do Sr. Frederico de Freitas, que a incluiu no filme *Pupilas do Senhor Reitor*, dirigi-me ao ilustre *Maestro* lisbonense, que amavelmente me forneceu as seguintes informações a respeito da canção «Mariquinhas»: «um amigo meu — pessoa de muito bom ouvido — esteve em Santo Tirso, pelas vindimas de 1934, quando se filmavam panorâmicas para o filme *As Pupilas do Senhor Reitor* e ali ouviu cantar a citada canção, como outra...; por esse meu amigo as tomei e as incluí no referido filme, harmonizadas livremente.

Estou convencido que a canção «Mariquinhas» é realmente minhota e que, como tal, poderá V. incluí-la na sua conferência». — Assim fiz, aceitando o conselho do distinto Artista.

(1) Armando Leça — *Solfejo entoado e Canto coral* — 3.<sup>a</sup> edição.

A de número 23, «Manuel», oferece também uma bela harmonização de Berta Alves de Sousa.

A melodia número 24, a última da actual série (1), «Canário lindo», é parecida com a que vemos reproduzida no livro de Armando Leça, *Da Música Portuguesa*, I, número 17 (coral a duas vozes recolhido no Baixo Minho) (2).

Com algumas variantes, também faz parte do romanceiro colhido por meu tio Dr. A. C. Pires de Lima (*Revista Lusitana*, XX). Devo a harmonização ao eminente Prof. Cláudio Carneiro, que hoje está enriquecendo a Arte musical portuguesa com o mesmo talento com que António Carneiro manejava o lápis e o pincel. Deixei-a para o fim, por ter a ilusão de que um dos passarinhos que ouviram o sermão de S. Francisco de Assis, se destacou do côro para encerrar esta festa com um maravilhoso *solo*.

MARIA CLEMENTINA PIRES DE LIMA.

---

(1) Para não alongar demasiadamente este Serão, deixarei para nova série outras melodias já recolhidas, algumas das quais foram harmonizadas por M. Lambert e pelo jovem e distinto artista Vítor Macedo Pinto. São 24 as que vou agora apresentar, mas VV. Ex.<sup>as</sup> não se assustem porque são tôdas muito curtas.

Para exemplificar, inserem-se aqui três das melodias colhidas pela autora.

(2) Esta melodia tem no Douro o título de «Senhora da Aparecida» (Armando Leça — *Solfejo entoado e Canto coral* — 3.<sup>a</sup> edição).

## JUDEUS EM GUIMARAIS

Os proscritos de Israel na sua irradiação expiatória pelo mundo, também se instalaram entre nós.

Em Guimarães, no século XV, existia uma «Aljama» judaica (1).

A-par do bairro da judiaria, erguia-se a sinagoga — casa onde o judeu, em comunidade, entoava os seus cânticos e celebrava os seus ritos diante da *arca sagrada*.

Onde ficava essa zona apartada dos *judeus errantes*?

Não a procuremos nos subúrbios da antiga vila. O judeu, avêso como era aos trabalhos árduos da agricultura, instalava-se nos centros urbanos.

«*Ninguno dellos* — dizia-se no século XVII — *cultiba las tierras ni ès labrador ni cria ganado de ningun genero que sea*» (2).

Por isso mesmo, o judeu tomando lugar dentro dos muros do burgo inferior (3) fêz o seu habitáculo e ergueu a sua *casa de oração* nas proximidades das importantes ruas *Sapateira* e dos *Mercadores* (4).

A povoação aninhada à volta do Castelo, interessava-lhe menos. A vizinhança com a *Colegiada*, era mais profícua — porque era mais rica e mais densa.

Aí, acomodado em bairro próprio, o judeu exercia de preferência os ofícios e as profissões mais rendosas. Mais vulgarmente, o judeu armava a sua tenda de bufarinheiro, de mercadejante, de agiota. De um modo geral, o judeu possuía a instrução, pois que «*era iniciado desde a infância na difícil aprendizagem do seu idioma sagrado*» (5).

Buscando a localização mais exacta do bairro judeu entre nós, iremos centralizá-lo no rocio do *Serralho* e antiga rua do *Espírito Santo* (6).

Fazem luz sôbre a matéria alguns registos notariais do Cabido:

Ano de 1359 — *Recolhimento da renda de um maravidil anual*

(1) Braamcamp Freire — *Arquivo Histórico Português*, pág. 212, vol. II.

(2) Lúcio de Azevedo — *História dos Cristãos Novos Portugueses*, pág. 463.

(3) Abade de Tagilde — *A vida do Castelo*, Rev. de Guimarães, vol. XV, págs. 5 a 13.

(4) Falam dêstes arruados de mesteres documentos de 1167 e 1341.

(5) *História dos Cristãos Novos Portugueses*, pág. 34.

(6) *Serralho*, é designação ainda popularmente adoptada. A rua tem hoje o topónimo de Rua Dr. António da Mota Prego.



*imposto em uma casa sita na rua da quintã dos Çapateiros na qual ora faziam oração os judeus...» (1).*

Ano de 1369 — «...*Da sua casa que elles tem e hão na judaria da dita Villa de Guimaraens que ora traz emprazada e em que viveu Isaac Francez Judeo» (2).*

Ano de 1370 — «*Emprazamento perpetuo da casa na quintã dos Çapateiros, que ora hê judaria, feito pelo Cabido a mestre David, judeu, quitando-lhe o Cabido a renda em sua vida pelo serviço que dele recebe e espera continuar a receber...» (3).*

Ano de 1391 — «*Emprazamento em tres vidas de uma casa sita na rua da Judaria, ante a porta da Synagoga...» (4).*

Ano de 1425 — «*Emprazamento em tres vidas de casas na Judaria na quintaã dos Çapateiros, em que ora mora Zaaque Marcos, judeu, orivez, feito pelo Cabido a mestre Marcos, judeu, e mulher Ouro...» (5).*

Ano de 1460 — «*Emprazamento em tres vidas de casas na Judaria de Guimaraens, a fundo da adega do Senhor Duque... feito pelo Cabido a Mosse Querido, judeu, tecelão, e mulher Jamilla...» (6).*

Ano de 1500 — «*Emprazamento de umas casas sitas na rua do Santo Spirito, que foi judaria, junto á casa que foi snoga... casa que arruinou, que foi a casa dos judeus...» (7).*

Pelo texto dêste documento, conclui-se:

Que, em tal data, já não existia em Guimarães a Judiaria com a respectiva sinagoga; sem dúvida por efeito da Provisão que, em 1496, expulsou judeus e mouros do reino de Portugal.

As ruínas da casa que foi sinagoga dos judeus, ainda em 1503 eram citadas no texto de outro documento notarial, por êste teor:

«... *quatro traves ou barrotes... as quais atravessam a rua para casa dos presos que soya de ser snoga dos judeus» (8).*

Ficamos dêste modo sabendo:—que das ruínas da casa que foi sinagoga dos judeus, se fêz a «casa dos presos». Confirma-o o Abade de Tagilde, o erudito e probo historiador vimaranense, dizendo que—a vélha

(1) Abade de Tagilde. *Arquivo da Colegiada*, Rev. de Guimarães, vol. XXIV, pág. 13.

(2) *Arquivo Municipal de Guimarães*. Códice 583, pág. 123 v., Doc. 47.

(3) *Arquivo da Colegiada*, Rev. de Guimarães, vol. XXV, pág. 162.

(4) *Catálogo dos Pergaminhos*, pág. 66.

(5) *Arquivo da Colegiada*, vol. XXVII, pág. 20, Rev. de Guimarães.

Sousa Viterbo, na *Revista de Guimarães*, 1897, fala dêste judeu, privilegiado por carta de D. Afonso V.

(6) *Arquivo da Colegiada*, Rev. de Guimarães, vol. XXIX, pág. 74.

(7) *Catálogo dos Pergaminhos*, pág. 123.

(8) *Catálogo dos Pergaminhos*, pág. 126.

cadeia da Correccção «*foi edificada no século XV... na casa que servira de sinagoga dos israelitas*» (1).

Demolida em 1911 a sórdida cadeia comarcã, nenhum vestígio existe — a não ser as nótulas dos registos notariais — que nos autentique a passagem por esta terra portuguesa dos irmãos de Isaac de Laquedem, o «*Judeu Errante*» (2).

A própria nomenclatura das ruas e o aspecto topográfico do local que no-los recordavam, tudo está descaracterizado.

O rocio ao qual ainda hoje a tradição mantém o topónimo de *Serralho*, apenas ali conserva uma casa típica. Do nome dado ao lugar, apenas se sabe que êle brotara da criação popular — visando, certamente, pelos seus efeitos pejorativos, os antigos moradores da Judiaria.

Acusados os judeus, como eram, de «*mui regalados e lascivos... sem respeito ao sangue ou graus proibidos*» (3), «*vezeiros*» em seduzir mulheres cristãs (4), daí o apôdo popular dos cristãos chamando ao rocio da judiaria — *Serralho!*

De igual modo o topónimo de *Rua do Espírito Santo*, parece tinha em vista limpar da mácula do pecado judaico a mesma artéria, anteriormente chamada *Rua da Judiaria*, como no-lo ensina um monógrafo do século XIX, tracejando as antigas artérias da vila:

«... para Poente sai outra rua que chamam do Espírito Santo, e antigamente da Judiaria, por nela estarem fechados os que lhe deram o nome» (5).

É, portanto, fora de dúvida que, entre nós, os judeus já nos primeiros reinados se achavam arruados, vivendo em bairro apartado, com sinagoga e forno privativo, ocupando as ruas... do Espírito Santo e Serralho; e de-certo eram numerosos...» (6).

Fala dêsse forno um documento de 1460 — forno privilegiado que estava «*dentro na judaria da villa de Guimarães*» (7), e é positivo que, em obediência ao mandamento judaico, não laborava aos sábados.

(1) *Propostas apresentadas à Câmara na sessão de 11 de Abril de 1906.* Folheto. Pág. 6.

(2) Michaud D'Humiac. *As Grandes Lendas da Humanidade.* Tradução de Agostinho Fortes.

Veja-se o estudo de Carolina Micaëlis de Vasconcelos, na *Revista Lusitana*, vol. 1.º, pág. 34, sobre o «*Judeu Errante em Portugal*».

(3) *História dos Cristãos Novos Portugueses*, pág. 461.

(4) *História dos Cristãos Novos Portugueses*, pág. 9.

(5) Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. I, pág. 46.

(6) João de Meira, *O Concelho de Guimarães*, pág. 66.

(7) Eduardo de Almeida, *Romagem dos Séculos*, pág. 193.

Computada, no século XV, a população urbana de Guimarães em 4.500 habitantes <sup>(1)</sup>, é dentro dêste senso populacional que devemos colocar a afirmação de que os judeus deviam ser entre nós numerosos.

À falta de qualquer elemento de prova, daremos testemunho da existência de alguns membros da *raça espúria*, respigando-lhes os nomes de tão sugestivo sabor hebraico, colhidos, aqui e ali, pelos livros de registo notarial:

Raby Samuel (1351); Salomão Rande, alfaiate (1370); Jacob Damarante (1413); Raffaella Judia (1424); Abraão Ça Dyas (1426); Salomon Querido e David Alles (1449); Hysaque Lyvj (1460); Samuel Montezinho (1485); Isaque Barú e sua mulher Ouro, judia (1488) <sup>(2)</sup>.

Mais alguns nomes de judeus categorizados:

«... mestre Judas, morador em Guimarães, físico do Duque da dita vila.»

«... mais dois médicos do século XV, servindo o Duque de Guimarães: Mestres Abaz e Aly, judeus» <sup>(3)</sup>.

¿Como se acomodavam, dentro duma sociedade profundamente católica, apostólica, romana, os representantes de uma raça odiada?

A História no-lo diz:

«Os conflitos com a população nativa deviam começar desde logo. Era um contraste de aspecto físico, traje, crenças e preceitos de moral, que os singularizava para a atenção pública. Bastava isso para criar suspeitas e animadversões. O comércio, que exerciam com ganância excessiva, ... a usura que foi sempre predilecta do povo hebraico, concorriam para lhes suscitar invejas e acordar queixumes contra êles, como estranhos» <sup>(4)</sup>.

De um tosador de judeus falam as Côrtes de 1439. Nelas apresentaram seus *capítulos* os procuradores de Guimarães contra certo Ruy Vaz, fidalgo truculento, de má índole e ruim proceder, o qual, entre grandes abusos que praticava de gôrra com malfetores — e êsses cometimentos foram a causa do brado levantado em Côrtes — também usava *dar pancada*

(1) O Concelho de Guimarães, págs. 64 e 93.

(2) Catálogo dos Pergaminhos e Arquivo da Colegiada de Guimarães, Revista de Guimarães, anos 1908 a 1910.

(3) Luiz de Pina. *Vimaranes*, págs. 152 e 153.

(4) *História dos Cristãos Novos Portugueses*, pág. 2.

*nos judeus e judias* (1) «*polla qual Razom os moradores da vylla lhe nom queriam consentyr que elle estevesse e ella*» (2).

Estas sortidas na apanha dos judeus e judias, capitaneadas pelo fidalgote Ruy Vaz, deviam de ter o aplauso dos cristãos, dada a intolerância religiosa que apontava em cada membro da comunidade hebraica um réprobo e inimigo de Deus.

Colocados, pois, os judeus, na sociedade dêste reino católico como *tolerados*, as próprias leis, como os costumes, lhes eram hostis; — razão porque nas Côrtes reunidas no ano de 1440 os procuradores de Guimarães se queixam ao rei contra o «*Juiz dos horfoos*», pois dele recebia o concelho «*muy grande agravo*» no julgamento das demandas de judeus contra os cristãos. A esta petição deu providências o rei, mandando que do fóro dos *Juizes hordenayros*, fôsem affectas as demandas dos judeus e, vice-versa, as demandas dos cristãos contra aquêles, fôsem julgadas pelo juiz dos órfãos (3).

Esta aparente imparcialidade na distribuição das causas por juizes de fóro diferente, desvanecese, sabendo-se que os Juizes Ordinários eram, por essa altura, magistrados populares, nomeados pelo sufrágio directo, os quais presidiam ao Município (4).



Com a expulsão dos judeus em Castela, em 1492, inundou-se o País dos proscritos de Israel.

Quatro anos volvidos, igual pena lhes é imposta em Portugal. E o judeu, «sem pátria», abandona em aflitivo êxodo as suas judiarias, as suas sinagogas, os seus lares, insensatamente corridos e vaiados como cães hidrófobos.

O judeu, porém, passada a tormenta da primeira hora, logo tratou de *camuflar-se*. Dissimulando uma conversão ao credo católico que, por medidas eclesiásticas e legislativas lhe era imposto, o judeu, desenvolvendo profliferamente a sua raça, (5) fixou-se de novo no reino com o chamadoiro de — *cristão novo*.

Os encargos que em 1523 ainda pesavam sôbre a Fazenda Real pela judiaria de Guimarães, eram computados em vinte-e-cinco mil reais, segundo a verba registada no «*Livro das Tenças d'El-Rei*» a fôlhas 21 (6). Êste

(1) *O Concelho de Guimarães*, pág. 79.

(2) Chancelaria de D. Afonso V. L. 5, fls. 53, v.

(3) *Arquivo Municipal de Guimarães*, perg. n.º 53.

(4) Félix Nogueira. *O Município no Século XIX*, pág. 45.

(5) Os casamentos são precoces, entre os judeus. «Aos 15 anos os varões; as raparigas aos 13». *História dos Cristãos Novos em Portugal*, pág. 43.

(6) Braamcamp Freire. *Arquivo Histórico Português*, vol. II, pág. 212.

encargo, porém, não representava nada, comparado com as conseqüências que advieram para a Nação da medida de expulsão tomada contra os judeus. Por virtude dela, «*Portugal ficou privado de hábeis artistas, de homens cuja competência para a literatura e para a ciência, como para a indústria e para o comércio, ninguém jamais lhes contestou*» (1).

O pensamento, porém, de exterminar a *raça maldita*, não se aquietava. Aguilhoados pelos exemplos do reino vizinho, entendeu dever-se usar de uma *química social* diabólica, a que a História ficou chamando — *o Tribunal da Santa Inquisição*.

Instituído em Portugal no ano de 1536, a *lepra do pecado judaico* entrou de ser expurgada pela tortura do cárcere e pela fogueira do Santo Ofício. Por sua vez a arraia miúda, aplaudida por todos, comprazia-se em fazer chacota dos convertidos (?) à fé católica; mormente porque, sendo o judeu profundamente tradicionalista e ligado aos hábitos mais característicos da sua raça, continuava dentro da sociedade cristã a fazer vida à parte, com os da sua grei, embora exteriormente patenteasse a sua assimilação às práticas do culto católico; a ponto que, como se lê numa representação dos vereadores de Guimarães do ano de 1591, — «*alguns cristãos novos festejavam as festas (dos católicos) entrando na Judenga*» (2).



O que era, afinal, a *Judenga*?

Uma dança foliona, entrudescas, onde os seus comparsas, fazendo momices, metiam à chacota os costumes judaicos.

Esta diversão exhibia-se, como uma espécie de dança do *Rei David*, nas procissões mais solenes que a Câmara esportulava, nomeadamente na procissão de grande espavento coreográfico denominada de *Corpus Christi* (3).

Com este espectáculo da *Judenga*, riu fartamente Guimarães medieval.

Só quem não ria — era o judeu não converso, embora alguns, por tática, acaso colaborassem.

Por tal modo eram enxovalhados e escarnecidos os *cristãos novos*, que eles, pondo em prática as suas secretas influências junto da donatária de Guimarães — D. Isabel, filha de D. Jaime IV, Duque de Bragança —, obtiveram desta Senhora, não a proibição da *Judenga*, como eles pretendiam,

(1) Mendes dos Remédios. *Os Judeus em Portugal*, vol. I, pág. 288.

(2) *Arquivo Municipal de Guimarães*. Livro das Provisões — 1653 — págs. 187 e seguintes.

(3) Abade de Tagilde. *Festas Anuais da Câmara de Guimarães*. Revista, vol. XX, 1903, pág. 160.

mas apenas esta expressa recomendação: «*que, em particular, se não arremedasse ninguém*» (1).

Esta... platónica recomendação, não obistou a que os ultrajes continuassem, prosseguindo porisso os *cristãos novos* na sua posição de protestantes contra a velha usança da *Judenga*.

Finalmente, no ano de 1591, conseguiram os *cristãos novos*, por trabalho de sapa, obter de Filipe I, que reinava em Portugal, uma Provisão régia, pela qual a *Judenga* era proibida (2).

Desta medida requereu embargos a Câmara perante o Corregedor da comarca. «*O Corregedor, por sentença de 12 de Março de 1591, negou provimento aos embargos, que foram admitidos e julgados procedentes pela Relação do Pôrto com sentença de 6 de Julho do mesmo ano, ficando porisso sem efeito a Provisão régia e em vigor a Judenga*» (3).

São dêste teor os argumentos aduzidos pela Câmara nos seus embargos contra a Provisão régia:

«—... da *Judenga* que se faz não se seguia nenhum escândalo, antes era um jôgo que a todos aprazia e era antiqüüíssimo de que estava em posse esta vila de tempo imemorial a esta parte sem haver pessoa que do tal jôgo se queixasse e que... todos os reis antepassados concederam muitos privilégios aos que entrassem na *Judenga* e festejassem com semelhante jôgo as festas do ano, como até agora festejavam» (4).

Ainda em abôno da *Judenga*, diziam os vereadores:

«... que era muito serviço de Nosso Senhor e bem da cristandade fazer-se a dita *Judenga* e nela representar suas superstições antigas e abusos judaicos para que lembrados êles dos erros claros dos seus passados, pelos quais foram queimados e sambenitados, não venham cair em outros semelhantes, e se envergonhassem deles e tenham por fé e creiam o que ensina a Santa Madre Igreja de Roma» (5).

Finalmente:

«... que com ela (a *Judenga*), se não pretende, nem pretendera nunca, mais que tirar os abusos e superstições judaicas, que por nossos pecados havia hoje tantos na cristandade, pelo que era de presumir que os ditos *cristãos novos*... queriam hoje usar secretamente das ditas superstições judaicas em muito grave prejuízo da fé católica» (6).

Foi em obediência a estas judiciosas razões que os magistrados da

(1) Arquivo Municipal de Guimarães. Livro das Provisões, 1653, págs. 187 e seguintes.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Idem.

(5) Idem.

(6) Idem.

Relação do Pôrto deliberaram considerar de nenhum efeito a Provisão, por quanto, «*não fôra havida a requerimento da vila e povo*» e, por consequência, «*era subreptícia e nula*» (1).

Assim, pois, a *Judenga* continuou a fazer as delícias do povo, que ria o desopilante riso medieval, aplaudindo os seus comparsas caricaturais.

Um momento, porém, chegou em que a costumeira deixou de realizar-se. A *Judenga* teve um largo período de repouso — até à alvorada de 1640.

Alvorada foi essa tão ansiadamente desejada que, para dar largas à alegria popular, entendeu-se dever introduzir de novo nas mais solenes procissões, todos aquêles números de mais estrepitosos efeitos. Um desses números estava indicado que fôsse a *dança da Judenga* e mais as outras divertidas paródias que a precediam.

Simplemente os *cristãos novos* que sempre lutaram por que fôsse proibida a ridícula paródia judaica, continuaram, depois do ressurgimento da *Judenga*, a mover suas altas influências para que, duma vês para sempre, a vil comédia se não repetisse; — tanto mais que a diversão da *Judenga* trazia consigo uma série de cometimentos afrontosos para os descendentes da raça odiada.

Vejam, numa visão retrospectiva, êsses afrontosos cometimentos dos *cristãos velhos* contra os *cristãos novos*.



#### Dia de *Corpus Christi*.

Recolheu a procissão. As folias e as danças que nela tomaram parte, amalgamadas com a multidão, não arredaram pé da *Praça Maior*. Algo de espectacular ali se espera. Às varandas dos prédios, nas janelas rotuladas do casario alpendrado, de onde pendem colgaduras, vêem-se rostos femininos, animados de uma curiosidade expectante. E todos os olhos se voltam para o alto da tôrre da *igreja da Oliveira*.

O que irá passar-se?...

A multidão sussurrante e alegre, faz roda à volta dos comparsas da dança da *Judenga*, composta «*de quinze até vinte figuras de homens e mulheres disfarçados com máscaras... uma cabra viva e outras figuras de vulto pintadas*» (2).

E os do grupo, jocosos e folgados, «*nomeando muitas pessoas e lendo*

(1) *Arquivo Municipal de Guimarães*. Livro das Previsões, 1653, págs. 187 e seguintes.

(2) *Arquivo Municipal de Guimarães*. Livro c. do Registo, fls. 81 e seguintes.

loas infamatórias... lançam da torre da dita igreja uma bezerra por uma corda abaixo e estão todos de joelhos, batendo nos peitos, fazendo muitas canções e cerimónias mal soantes, que à vista da gente insolente pareciam verdadeiras» (1).

Estrepitosas gargalhadas e risos e palmas, dão ao espectáculo — caricatura alegre aos ritos judaicos — um vivo testemunho de aplauso e agrado público.

Desce a noite.

O bando truculento e jocoso segue, acompanhado do povoleu miúdo, buscando pelas ruelas e betesgas as moradias dos *cristãos novos*.

«... e como é de noite, podem mais a seu salvo matraquear, como fazem desafortadamente sem pejo algum pelas portas daquelas pessoas que querem afrontar, nomeando-as e incomodando a vizinhança com gritos e arruídos» (2).

.....  
«de sorte que todo aquêle dia... gastam em semelhante dissolução e desconcerto; para isto são vestidos ridiculamente, com muitas armas de fogo debaixo, como quem vai fazer mal;

.....  
«e daqui resulta grandes discórdias, porque algumas (pessoas) vendo que não há remédio para tão grande desafôro, tomarão as armas e usarão delas, que não podem por outro caminho...» (3).

Semelhantes factos, de onde podiam resultar *discórdias e perigos de morte*, e num tempo em que no reino havia *mister mais união*, levaram os mercadores hebraicos a solicitar ao rei, para que se pusesse *remédio a semelhantes desafôros, pois é* (diziam elles) *grande serviço de Deus e de vossa Majestade* (4).

D. João IV houve por bem atender a petição, determinando pela Provisão régia de 4 de Julho de 1545 — que fôsse extinta, *inperpetuum* a *Judenga* (5).

Sòmente o que não se extinguiu com o golpe da Provisão régia, foi o ódio religioso aos descendentes daqueles que a História e a voz súplice das gerações cristãs, accusam de terem humilhado, vilipendiado, crucificado no monte do Calvário, o seu compatriota — Jesus.

Razão porque ainda no século XVII um *Breve Pontificio* é concedido à *Colegiada de Guimarães*, no sentido de evitar a *infiltração maléfica* dos de sangue judeu na *insigne e real corporação* (6).

(1) Arquivo Municipal de Guimarães. Livro c. do Registo, fls. 81 e seguintes.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Arquivo Municipal de Guimarães. Livro das Provisões, 1561, pág. 187.

(5) Arquivo Municipal de Guimarães. Livro c. do Registo, fls. 81 e seguintes.

(6) Breve Pontificio de Urbano VIII. 1636.



Em Guimarães, onde uma *Colegiada* existia tam antiga como a própria nação, (1) tam cheia de prestígio e de chorudas conesias para os seus membros, estava naturalmente indicado que as inquirições sôbre a pureza do sangue se fizessem — «*pera que nella não entrase beneficiados da nação hebreá, Mouros nem outra reprovada*» (2).

Tomava assento na cadeira prioral da *Colegiada de Guimarães*, Dom Bernardo de Attayde, e tiveram comêço as referidas inquirições no ano de 1637.

Para início da santa e delicada tarefa, elegiam-se dois *beneficiados capitulares* para fazer as *provanças do sangue aos pretendentes*.

«*Êsses Capitulares* — diziam as instruções do processo a instaurar a cada novo candidato à *Colegiada* — *ambos iraõ a qualquer parte do Reyno fazer as diligencias, tirado as de além mar porq estas cometera o Cabido Aos sñrs Bispos E ordinarios daquelles lugares*» (3).

Expressamente recomendavam as citadas instruções — que a diligência a fariam «*tendo só respeito ao que devem a Deos E a Igreja que os honra E sustenta sem lembrança de odio nem Amor...*» (4).

O interrogatório, que seria deferido depois de prévio juramento aos Santos Evangelhos, era vazado em nove artigos, e destinava-se a penetrar até ao «*Pay e maem e Avos des ambas as partes... E mais Assedentes*» (5).

Assim, de diligência em diligência, de inculca em inculca, os depoentes iriam apurando: se o candidato era descendente de «*christãos Velhos legitimos limpos E de limpo sangue E geração sem raça alguma de Mouro judeu ou christão novo ou de alguma outra seita novamente convertida... a S.<sup>ta</sup> fee catholica... ou se do contrario ouve fama ou rumor...*» (6).



A-par desta balisa, que ia até à terceira geração, erguida contra a penetração do sangue judeu na *Colegiada de Guimarães*, outras fronteiras se antepunham, aqui e ali, para que o *crístão novo*, embora convertido, não tivesse entrada na sociedade cristã.

Para dar mais umas amostras da repulsa que atingia o descendente da raça Judaica, afastando-o de tódas as honras e comunidades existentes entre nós, limitámo-nos a reproduzir dos nossos vélhos estatutos corporativos algumas prescrições restritivas.

(1) Fundada por D. Afonso Henriques em 1139.

(2) *Boletim do Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 3, pág. 39.

(3) *Boletim do Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 3, pág. 40.

(4) *Boletim do Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 3, pág. 40.

(5) *Boletim do Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 3, pág. 43.

(6) *Boletim do Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 3, pág. 44.

Do Regimento corporativo dos pasteleiros de Guimarães, datado de 1629:

Capítulo 1.º «*Primeiramente serão obrigados não examinarem pessoa allgũa que venha de fora da terra sem trazerem emformaçam de quem hê e com quem aprendeo por coanto neste officio não hê bem que haja officiall de naçam... posto que sejam cristãos e bautizados...*» (1).

Do Estatuto corporativo dos ourives, datado de 1781:

«*Determinamos muito formalmente que daqui em diante nenhum ourives de Ouro e Prata possa tomar Moço p.<sup>a</sup> ensinar o Officio que seja de infesta Nação, assim como Mouro, Judeu...*» (2).

Iguais reservas proibitivas se podem ver em outros estatutos irmandadeiros, visto que o judeu, *de infesta Nação*, era considerado «vil»; e, de semelhante *pecado original*, raras vêzes o lavava a água lustral do baptismo católico, pois sempre entre o *cristão vêlho* e o *cristão novo* se antepusera — um abismo.

Foi dentro desta feroz abominação, desta guerra de extermínio ao judeu, que uma mentalidade estreita preconcebeu a falsa idea — acolhida e citada por um escritor de outro século — de que «*os judeus são feios de rosto, e os tem Deus assinalado como expressão do seu desprêzo*» (3).

Foi cingido a êste juízo crítico e infundamentado que, já no século XIX, a Irmandade dos Santos Passos (4) mandou fazer sete oratórios, com figuras em tamanho natural, os quais, colocados em *Via-Sacra* por várias ruas da cidade, nos mostram o dolorido drama da Paixão com esculturas de judeus pançudos, desdentados, antipáticos.

.....  
E é tudo quanto eu sei relativamente aos judeus em Guimarães.

A. L. DE CARVALHO.

(1) L.º 7 das Vereações, fls. 232.

(2) Documento manuscrito na posse da Irmandade, com sede na igreja de S. Dámazo.

(3) *História dos Cristãos Novos em Portugal*, pág. 179.

(4) Padre António Caldas. *Guimarães*, vol. II, pág. 206.

## ELEGIA

**A**QUI, longe do mundo, a ouvir a natureza,  
Sonham comigo as horas e o destino.  
Choro, triste, de amor pela beleza  
E o vento vem chamar-me o seu menino . . .

Perde-se a vida . . .  
Auras do Sul  
Derramam os perfumes  
Das visões que surgiam a cantar  
Na minha noite azul!

Consumem vivos lumes  
Minha alma dolorida  
De esperar! . . .  
Passam leves os dias . . .  
Minhas melancolias  
Vão alagando as árvores e o céu . . .

Meu pensamento enlouqueceu!  
Erra nos ventos lúbricos, velozes!

Aves estranhas  
De ignotas vozes  
Vão cantando os mistérios das montanhas.

Minha alma paira na lonjura,  
Lançando aos ventos  
Gritos de amor e de loucura! . . .  
— Do Além respondem outros sofrimentos.

Torre de Pôrto-Manso — 16 de Abril de 1930.

JOÃO ALVES,

# O PROBLEMA DA HIDRÁULICA AGRÍCOLA

COMO ESTÁ A RESOLVER-SE EM PORTUGAL

**N**ESTE «Banco do Ramalho», (1) em frente, a perder de vista, o horizonte largo e formoso, ali em baixo, o Gerez, cantante no seu leito de penedos, à busca do Cávado, seguindo juntos, de caminho, a banharem os campos ferazes do vale extenso com suas águas serenas, lembro-me da outra, lá de cima, a medicinal, das curas milagrosas, humilde e recatada, entregue, de tempos remotos, à protecção segura do Santo Taumaturgo — «Aegri Surgunt Sani» (2) — e sinto-me tentado ao arremêdo — «Agri Surgunt Uberrimi»...

Porque, a terra bemdita, mercê de Deus, mais produtiva surge após o banho fecundador que, nas suas entranhas, deixa, ao alcance das pequeninas raízes, a fartura alimentar, entesourada, essencial à vida dos vegetais.

A água, fertilizante considerável, dissolve os elementos nutritivos, e facilita a sua absorpção aos sugadores capilares do raizame. Circula no interior do solo conforme a constituição dele o permite.

É, por isso, grande verdade o princípio estabelecido em Agronomia, que o «estudo das reacções químicas da terra seria de interêsse muito restrito, se não atendessemos ao meio físico onde se dão e que, sôbre elas, exerce influência preponderante».

No terreno se fixa a planta, desenvolve as suas raízes e colhe a sua substância. De sorte que, se é importante a existência desta, em grau elevado, não o é menos a constituição física daquele, por condicionar o seu aproveitamento.

---

(1) Para tranqüilidade dos espíritos puritanos, declaro, à fé de quem sou, que, no «Banco do Ramalho» só escrevi a primeira parte dêste artigo. O resto, foi no Hotel, enterrado até ao pescoço em relatórios, *Diários do Govêrno*, livros de ciência agronómica, etc., etc. Também juro que não pretendo elevar a minha categoria de escrevedor à plana da do Sr. Ramalho Ortigão. Se vim parar ao Gerez, culpe-se o fígado e, se me sentei no seu «Banco», condene-se o local por ser, na verdade, aprazível e convidativo. Agora, no que me não julgo inferior, é na sensibilidade para o belo, perdoem-me a vaidade.

(2) Do Responsório de Santo António que se lê no *Breviário Franciscano*, no officio de antífonas e responsos rimados (fins da Idade-Média):

Si quæris miracula,  
Mors, error, calamitas,  
Dæmon, lepra fugiunt,  
Aegri surgunt sani.



Salientada, como fica, a grande função que representa, no resultado das culturas, a existência de água e a sua circulação no solo, conclui-se que ela é uma fôrça que necessitamos aproveitar, mas que, nem sempre, se apresenta com propósitos moderados, antes, em casos freqüentes, o faz desordenada, irregular e até furiosamente, a ponto de originar danos irreparáveis.

Há, pois, que a dominar, reduzir a proporções de ser fonte de lucros e não de prejuízos.



BARRAGEM «SALAZAR», destinada à rega do Vale-do-Sado

Aquí mesmo, nesta serra, onde, por todos os lados, se encontram cascatas a despenharem-se por entre fraguedos, regatos e fios de água que, lá do alto, vêm reunir-se no vale profundo, claramente se patenteia o perigo iminente, se a arborização das encostas, bem orientada e prudentemente feita, lhes não quebrar os ímpetos, dividindo-os, levantando obstáculos à sua queda violenta, fixando a terra à rocha e impedindo o seu arrastamento que arrasaria culturas, avassalaria campos, desde os reduzidos geios, dispersos nos flancos da montanha, às terras baixas, às margens dos rios da enorme bacia hidrográfica fechada por o Gerez e por as alturas vizinhas, derredor. São, também, atenuadas as cheias que estendem seus estragos, sua devastação até muito

longe, até ao mar, dezenas e dezenas de léguas andadas em correntes vertiginosas.

Ergue-se-nos, assim, diante dos olhos, o problema complexo da «Hidráulica Agrícola», que, à França, à Inglaterra, à Itália e até à Espanha, na Europa e aos Estados- Unidos do Norte, na América, desde muito, já, mereceu cuidados extremos e a que, em Portugal, se começa agora a atender como urgente e necessário há tanto era.

Dentro d'êste problema sobressaem a rega e a maneira de conseguir água para ela, em boas condições. É o pesadelo de todos que vivem da terra.



BENAGAZIL — Um trôço do rio Sado, regularizado

No Relatório da Proposta de Lei, referente à reconstituição económica do País, no ano passado entregue por o Governo à Assembleia Nacional, lê-se o seguinte período que define bem o valor dela :

«A rega é considerada magno problema de interêsse simultâneamente económico, social e militar, que, como nenhum outro, contribuirá para a valorização do património nacional, para criação da riqueza pública, para a absorção do nosso excesso demográfico e para o desenvolvimento do comércio interno e externo do País» (1).

Depois d'êste diploma, outras providências legislativas foram tomadas,

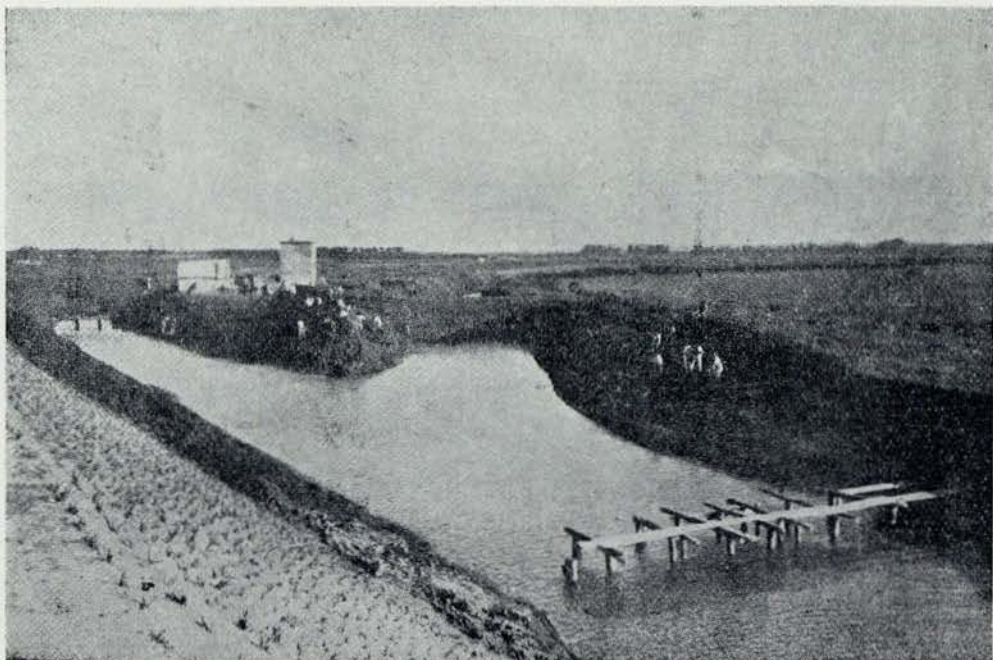
---

(1) Ver *Diário das Sessões*.

avultando a Lei n.º 1.949, já de 1937, que insere as «Bases para Obras de Fomento Hidro-Agrícola».

Por ela fica determinado que, «ao Estado compete estudar e realizar as obras de fomento hidro-agrícola de acentuado interesse económico e social, orientar e fiscalizar a sua conservação e bem assim a exploração das terras beneficiadas, de modo que se tire delas a maior utilidade social».

São dezasseis Bases; e, dêste simples enunciado, imediatamente ressalta a importância e os efeitos enormíssimos que podem produzir os trabalhos que, nelas assentes, se executem.



MAGOS — Estação elevatória de enxugo e rega

É uma lei de benefício para a agricultura mas, mais do que isso, é de largo alcance social, por os problemas que envolve e que deverá resolver.

A Base II, muito precisamente, considera obras de fomento hidro-agrícola o aproveitamento de águas públicas para rega, a drenagem, enxugo e defesa dos terrenos, a adaptação ao regadio e o enateiramento ou a colmatagem.

A adaptação ao regadio exige nivelamento de terras, construção de canais e regadeiras, repartidores e reguladores de água, atravessamento de caminhos de ferro ou estradas e outras obras semelhantes, reputadas necessárias à exploração das terras.

Segundo a Base III, tôdas estas obras serão declaradas de utilidade pública e de domínio público, bem como a regularização dos leitos e margens



dos rios ou de outros cursos de água, lagos e lagoas e a defesa contra as inundações.

O regime fluvial português é mau. Os nossos rios correm, das nascentes ao Oceano, desordenadamente, com cheias destruidoras que espalham a fome e a miséria nas propriedades marginais, ou com secas máximas, no período da estiagem, em que, nalguns casos, mal se descobrem os seus leitos que chegam a parecer caminhos pedregosos e areentos.

A defesa contra as inundações a que esta Base III se refere, vai imediatamente reflectir-se na arborização das serras, com as culturas que lhe andam ligadas. Depois segue-se a modificação do clima, a sua regularização, derivadas das grandes massas florestais que revestem as montanhas, cobrindo-lhes os flancos e permitindo o desenvolvimento da utilíssima flora sub-arbórea.

São obras dispendiosas e a longo prazo. Não para nós, talvez para nossos filhos, para nossos netos; já podíamos estar a colher-lhes os frutos se, há anos, se tivesse olhado para o problema com vontade de o vencer e tivessem sido facultados os meios para o desenvolvimento do pouco que se encontra feito nalgumas serras e regiões portuguesas. Não são para as posses particulares, que as não comportam. Incumbem ao Estado.

A regularização dos três maiores rios que atravessam Portugal, o Douro, o Tejo e o Guadiana, é mais difícil do que a dos outros, inteiramente portugueses, porque, oriundos de Espanha, ali se localiza a parte torrencial dos seus cursos que mais precisa de correcção e, qualquer trabalho feito no País, corre sempre o perigo de destruição por o que de lá vier.

A Base VII preceitua: «Os projectos de fomento hidro-agrícola incluirão sempre carta agrológica, na qual os terrenos serão discriminados em classes, em vista da sua situação e exposição, análises física e química do solo e do subsolo».

Quere dizer: é o estudo completo duma região, das terras cultiváveis, fundamento para a agricultura consciente, bem orientada e remuneradora a acompanhar o estudo hidro-agrícola.

O estudo do plano geral de aproveitamento hidro-agrícola, das dotações de água e horário de rega, da exploração e conservação das obras de fomento hidro-agrícola, seus respectivos programa de trabalhos e orçamento, administração de fundos caberão às Associações de Regantes, constituídas depois de aprovadas e autorizadas as obras.

No Continente, a realização dos trabalhos de fomento hidro-agrícola e dos subsidiários de regularização e defesa compete à Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, organismo que funciona no Ministério do Comércio e Indústria.

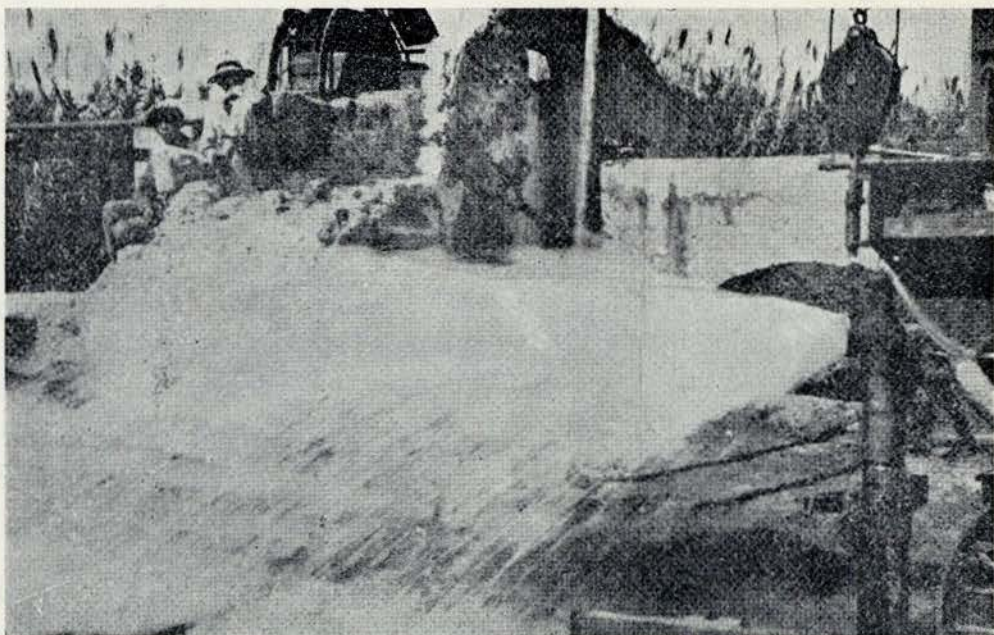
Esta Junta Autónoma, competentemente dirigida por o distinto engenheiro Sr. António Trigo de Morais, há poucos anos que está em actividade e muito tem feito, como se pode ver do Relatório, bem fundamentado e

ilustrado profusamente, que alcança até fim de 1935 e que recebi devido à obsequiosidade do seu ilustre Presidente.

Da sua Direcção fazem parte, entre outras, individualidades especializadas em hidráulica agrícola.

Dêsse valioso Relatório me vou socorrer para dar idea, a traços largos, do que, em Portugal, se passa, quanto a trabalhos de beneficiação das suas diversas regiões, com o fornecimento de água para regas.

Assim, começo por transcrever, com a devida vénia, os seguintes períodos:



CAMPINA DE FARO — Furo n.º 2

«É o problema da rega das terras mais problema económico e social que pròpriamente de obras de Hidráulica, porque, se requiere estudo prévio das realidades geofísicas, pluviométricas e hidrográficas, não lhe é estranho e antes o informam fundamentalmente, o conhecimento da demografia, da produção, do comércio interno e externo, dos transportes e até mesmo das organizações sociais e políticas, ou seja o que se assentou chamar geografia humana.

Importa, assim, que o Estado, consciente da magnitude do problema e da sua finalidade verdadeiramente nacional, seja promotor da obra de grandeza e de riqueza que dela deriva.

Como tôdas as inversões financeiras em colonizações ou povoamentos, são negócios a longo prazo e de juro de taxa módica, pelo que raras vêzes estão ao alcance da capacidade realizadora do particular e do tempo que corresponde à vida de um homem.»

Mais adiante, diz ainda o mesmo interessante Relatório:

«O Estado, chamando a si o problema fundamental da agricultura portuguesa — que é o problema da Hidráulica Agrícola — terá não só, dado à lavoura o agente mais valioso para produzir bem e economicamente, visto que põe ao seu dispor água proporcionada às necessidades das plantas, com garantia de vida própria, para todas as culturas sem o auxílio — que é um sacrifício para a Nação — do diferencial pautal, mas também assegurará assim a melhor das aplicações dos dinheiros públicos. Ao lado destes benefícios directos, outros, indirectos, há a considerar, que sobrelevam os valores dos primeiros.

De facto, o problema do aumento da população e das suas necessidades é fundamental num país, como Portugal, onde a exploração agrícola não atingiu ainda a superprodução dos países em que as obras de Hidráulica Agrícola têm, actualmente, maior incremento.

Se ao problema pecuário e às múltiplas indústrias e explorações, a éle ligadas, fôr dado o lugar que a agricultura equilibrada e remuneradora lhes fixa; se se proporcionar às populações trabalhadoras, terem ao seu alcance carne e lacticínios bons e baratos de que tanto necessitam e de que estão muito afastadas; se ao problema das frutas fôr fixado o lugar que o solo e o clima lhe oferecem e as necessidades da população obreira impõe; se fôr notado com interesse que é principalmente o consumo desta população (hoje reduzida a uma alimentação que tem pão, cozinhado por todas as formas) que tem peso e valor no aumento do consumo geral e que, em cada hectare regado, se pode fixar uma família e viver sem miséria; se ainda se reparar que a crise da lavoura portuguesa resulta fundamentalmente da enorme produção de géneros só acessíveis ao consumidor rico e que tal mal só será eliminado na hora em que à mesma seja fornecido meio de produzir barato, ou seja na hora em que se ponha à sua disposição água de rega, ter-se-á realizado a obra de verdadeiro interesse nacional e dado à agricultura portuguesa os elementos de que carece para ter posição economicamente desafogada e à Nação a maior parcela da sua riqueza.»

Não pode apresentar-se o problema em termos mais convincentes e salientar-lhe melhor a importância.

Vejamos agora o plano de estudos, projectos e obras até ao fim de 1935.

Referem-se a: Campos de Magos; Campos da Goucha; Campos de Loures; Paúl da Cela; Campina de Faro; Campos de Alvega; Barragem do Castelo, em Burgães; Campos de Campilhas e de Benagazil; Rega do Vale do Sado (Curso inferior, 1.<sup>a</sup> parte).

RESUMO DAS POSSIBILIDADES DE REGA EM PORTUGAL,  
JÁ RECONHECIDAS

	DESIGNAÇÃO DO APROVEITAMENTO	Área a regar — Hectares
1	Veiga de Chaves . . . . .	2.000
2	Campos da Vilarica . . . . .	700
3	Vale do Vouga . . . . .	25.000
4	Campos de Burgães . . . . .	185
5	Vale do Mondego . . . . .	30.000
6	Campos do Liz . . . . .	1.000
7	Campos do Alcoa e Rio de Areia . . . . .	500
8	Vale do Sizandro . . . . .	500
9	Campina da Idanha . . . . .	6.000
10	Vale do Tejo . . . . .	35.000
11	Vale do Sorraia . . . . .	30.000
12	Campos de Magos . . . . .	700
13	Campos de Muge . . . . .	2.700
14	Campos de Loures . . . . .	700
15	Campos de Marateca . . . . .	700
16	Campos de S. Martinho . . . . .	300
17	Vale do Sado (curso inferior) . . . . .	6.000
18	Vale do Sado (curso superior) . . . . .	3.500
19	Campos do Xarrama . . . . .	1.000
20	Campos da Ribeira de Odivelas . . . . .	1.000
21	Campos de Alfundão . . . . .	500
22	Campos do Roxo . . . . .	1.500
23	Campos de Vila Nova de Milfontes . . . . .	3.000
24	Campos de Tavira . . . . .	2.500
25	Campina de Faro . . . . .	900
26	Campina de Silves e Portimão . . . . .	2.500
27	Aproveitamentos não especificados . . . . .	10.000
	Total . . . . .	168.585

O Esquema Geral dos Aproveitamentos, que acompanha o Relatório que reproduzimos e que indica a situação destes diferentes lugares, é elucidativo.

A justificação dos trabalhos da Idanha lê-se no Relatório, nos seguintes termos:

«E porque a realização da política hidráulica traz às populações rurais e ao colono o seu bem-estar, afasta deles o espectro da fome, sempre má conselheira e os torna crentes no progresso, no aperfeiçoamento do ser moral do indivíduo e no melhoramento incessante das obras materiais, filhas do seu trabalho e esforço, a realização das obras de rega apresenta, para o caso de

Idanha-a-Nova, imperiosa e urgente necessidade social, que só por si justifica as despesas a fazer. Por isso, o Estado, ordenando-a e adiantando os meios materiais para a sua efectivação, proporciona à própria terra o meio de cumprir o papel social que lhe está destinado.»

O mapa anexo ao Relatório, que também transcrevo, mostra não ser inferior a 168.585 hectares a área susceptível de melhoramentos hidro-agrícolas, para já.

Os mais importantes, por sua ordem, são os vales do Tejo, do Mondego e do Sorraia que atingem, ultrapassando-as o primeiro, mesmo, as três dezenas de milhar de hectares, e o do Vouga que abrange duas dezenas e meia. Os restantes ficam muito longe, não chegando a 10.000 hectares.

Para complemento e fecho, copio igualmente o quadro relativo à Campina da Idanha que indica as produções actuais e as previstas.

### PRODUÇÕES ACTUAIS E PREVISTAS NO APROVEITAMENTO

#### CAMPINA DA IDANHA

PRODUTOS AGRÍCOLAS	Unidades	PRODUÇÕES	
		Actuais	Previstas
Trigo . . . . .	Quilog.	246.438	438.500
Milho . . . . .	»	188.436	688.500
Centeio . . . . .	L.	51.172	—
Feijão . . . . .	»	3.718	—
Grão . . . . .	»	11.302	—
Vinho . . . . .	»	25.075	—
Azeite . . . . .	»	5.413	—
Carne de porco . . . . .	Quilog.	1.747	—
Azevém (a) . . . . .	»	83.232	—
Milharada (a) . . . . .	»	384.475	4:385.000
Luzerna (a) . . . . .	»	—	6:350.000
Pastos (a) . . . . .	»	—	4:612.500
Beterraba (a) . . . . .	»	—	8:770.000
Nabo (a) . . . . .	»	—	1:905.000
Batata . . . . .	»	—	2:540.000
Laranjas . . . . .	Milh.	115	12.375
Palha de trigo . . . . .	Quilog.	576.588	688.500
Palha de milho . . . . .	»	60.765	692.500

(a) Produtos destinados a serem transformados em carne e trabalho.

Como complemento do que se aprende nesse magnífico Relatório, de que fiz as transcrições que acabam de ler, não posso deixar de referir-me ao mais que a activa Junta Autónoma tem feito, de 1935 para diante e que o Sr. Trigo de Moraes revelou, na conferência de há dias, na Ordem dos Engenheiros, em Lisboa.

Assim, nos anos de 1936 e 1937, ficará beneficiada uma área total de 22.347 hectares, com a despesa de 240:815.911\$00 escudos.

Os trabalhos de rega, desde 1930 a 1934, já estavam avaliados em 21.500 contos.

E afirma o ilustre conferente: «Na grande luta da redenção iniciada, pode já garantir-se que a rega aumentará anualmente a produção em 42.119 contos. A área estudada, em breve servida por a rega, dá base firme ao povoamento interior e assegura o lar, o pão e a alegria de mais de 50.000 portugueses».

Se considerarmos um momento no que aí fica, decididamente temos de reconhecer que muito se tem feito nesta feição do cuidado com que os altos Poderes Públicos olharam e continuam a olhar, no nosso País, por o problema da rega e por os não menos importantes que lhe estão adstritos.

Prosseguem os trabalhos de hidráulica agrícola, sem afrouxamento. Em boas mãos está a garantia do seu termo.

Rendamos os louvores indiscutivelmente merecidos, com a esperança de, chegado êle, em tempo competente, podermos, para a Terra Portuguesa bem amada, fazer côro com o Mantuano e exclamar num brado de satisfeitos: *Sat prata biberunt.*

E não faltaremos à verdade.

Gerez — Maio de 1937.

JOÃO BRAGA,  
Engenheiro-Agrónomo.



## TRÊS POEMAS

DA

### «MEDITAÇÃO DO MUNDO SENSÍVEL»

I

#### NÁUFRAGO

**A**s sombras dos ciprestes, alongadas,  
São, no caminho,  
Quais grandes algas marinhas enlaçadas  
No fundo mar.

A noite escorre luz, como se fôsse  
Um só lençol de espuma que envolvesse  
A terra e o ar.

Uma bafagem fresca faz rolar,  
Como as ondas quebrando,  
As copas do arvoredos...

Neste abandôno,  
Já não sou mais que um náufrago  
Que a corrente invencível vai levando,  
Nem sei a que degrêdo...

## II

## SONHO DE INVERNO NO OUTONO

**D**OS nenúfares no lago enlanguescia o olor.  
A luz do outono, moribunda e doce, iluminava  
Meu sonho, de outra luz, quási divina.  
O poente, roxo e de oiro, agonizava  
Em reflexos de água cristalina.

Era a mensagem, suave, da morte, que a vida revelava?  
Ou a mensagem, mais suave, do amor?...

Em breve o céu será de morte e frio quási branco...  
Mas há sonhos que voltam, agora,  
Como os cisnes selvagens pelo inverno, novamente.  
— Morto o lume da vida uma outra luz aflora,  
Álgida e nívea de tão pura,  
E me ilumina eternamente.

Que véu rasguei, assim, de ilusão e ternura?  
Para que possam vir a mim,  
Revoando, alvos, na altura,  
Meus sonhos puros, cisnes de alba, no poente...



## III

## CONTRASTE

**P**ELO chão arrastadas,  
Já murchas pelo tempo,  
Ou no ar volteando, aladas,  
Dispersam-se as flores, por sua natureza.

Por natural contraste as águas das levadas,  
Confluentes, num mesmo ponto se reünem.

Em ambos nós, para uma só tristeza,  
As mágoas correm e nos unem...  
Andam sòmente as nossas alegrias separadas.

Pode a vida meus sonhos dispersar,  
Esfoldados, como pétalas ao vento...  
Da vida, para mim, as lágrimas, ao menos,  
Vão convergindo na paixão.

O que foi no meu sangue fugaz contentamento  
Guarda-o, sofrendo, o coração.

## ROMARIA

**A** volta dos tocadores, mesmo no centro do largo, começaram a formar-se rodas cantantes. E o baile rompeu. Dançou-se o *Malhão* mais a *Caninha verde*. Algumas raparigas, abandonadas pelos moços, voltavam as costas à festa e afastavam-se lentamente do Pátio das Oliveiras, mas nas canções delas havia, a-pesar-de tudo, notas de baile, passos ocultos de dança que se agitavam no ar, rimando uns com os outros.

Sentado ao pé da regueira que ia dar ao rio, Gonçalo contemplava a formosura do quadro. Os seus olhos de artista bebiam sequiosos o colorido ardente da festa.

E o rapaz meditou melancòlicamente :

— Amanhã a aldeia reflectirá a cidade!

Um momento teve a noção do futuro: viu por terra espezinhados, os vestidos de sêda e de veludo, as saias vermelhas, os lenços de cambraia, as arrecadas de ouro, os corações de filigrana — todo aquêles tesouro conservado pelos tempos como herança intacta!

Antecipadamente, sentindo a saüdade do passado que havia de nascer, os nervos do estudante demasiadamente sensíveis doíam-se na precoce nostalgia da sua aldeia, daquela mesma aldeia, garrida, viçosa, que na hora presente era ainda uma consoladora realidade.

E foi cheio de carinho, que o poeta alongou o olhar pelo terreiro, demorando-o na contemplação do baile com a atenção de quem recolhe o derradeiro suspiro dum moribundo!

Nisto deparou-se-lhe uma rapariga alta que se encostara ao tronco da oliveira mais frondosa do Pátio. Nos ramos da árvore dependuravam-se lampiões de papel todos acesos. A sua claridade forte, envolvia a moça, nimbava-a, não completamente porque o alto da cabeça permanecia oculto pelo lenço franjado cuja sombra lhe velava os olhos e a testa. Encarnados, os lábios dela surgiam à flor do rosto moreno, liso, de frescura infantil. E nenhuma outra feição agradou mais ao poeta do que essa bôca entreaberta onde a pele finíssima, não escondia a carne.

Muito brancas as mangas da camisa de linho cobriam os braços da lavradeira, os quais, pendentos ao longo do colete de vidrilhos, se iam afogar nas pregas encarnadas duma grande saia de roda.

A cintura delgada chamou em seguida a atenção de Gonçalo. E o rapaz pensou :

— Corpo virgem, coração virgem!...

Franquelim, o companheiro dos passeios à praia, passou diante de Gonçalo. Ia ao lado da Aninhas do Pereiro, a qual, sem largar os modos empoados do costume, parecia, contudo, consentir do melhor grado na companhia do namorado.

Gonçalo chamou-o à parte e, apontando com o dedo a moça que se mantinha encostada ao tronco da oliveira, perguntou:

— Quem é?

Mas o lapuz, num riso abafado que lhe escondia os dentes, deu largas ao desprezo. E daí a pedaço já Gonçalo sabia o nome dela. Chamava-se Maria, embora fôsse conhecida pela alcunha de *Boroas* e morava no lugar da Peneda, à beira da estrada. A casota onde vive — acrescentou o filho do caseiro — tem as portas escancaradas para a rua, quer de noite, quer de dia...

Era freqüente a *Boroas* aparecer nas romarias maiores, tôda aperaltada, tôda tiradinha das canelas. E agradava... Por isso as mais detestavam-na.

E enquanto o filho do caseiro, um tanto encavacado, voltava aos seus amores, Gonçalo cravou novamente os olhos no rosto da formosa rapariga, que, do seu canto de luz e de sombra, principiara a sorrir-lhe.

Estranhas interrogações subiam da alma de Gonçalo, fundiam-se num murmúrio breve:

— Corpo virgem? Não sei...

Sempre encostada à árvore, sempre isolada, a *Boroas* mantinha-se ativa e ao mesmo tempo triste, os olhos muito abertos, como que espantados.

E Gonçalo, continuou:

— Coração virgem? Talvez...

Aos ouvidos do poeta chegavam agora os acordes dum harmónio, acompanhados pelo riso de claros cavaquinhos. E uma doida tentação apoderava-se do rapaz... Queria ver a *Boroas* arrebatada pela dança, soltar em movimentos livres a harmonia recôndita do seu corpo.

Abeirou-se então da moça. Tocou-lhe levemente no ombro com a ponta do varapau:

— Queres dançar comigo?

A rapariga estacou. Ao dar de cara com Gonçalo, teve um sorriso indiferente:

— Pois sim...

E foram dançar os dois. A princípio o *Vira* decorreu quási lento, quási grave, sem passos complicados. A *Boroas* limitava-se a acompanhar as voltas de Gonçalo com um vagar que podia ser tomado por desdém. Contudo, nos lábios rubros, uma expressão de contentamento ia despontando à medida que o rapaz, tomado pela agitação crescente da área popular, acelerava a dança.

Em redor juntara-se gente.

— Olha a *Boroas* mais o Gonçalinho!

- É doida como as casas.  
 — Já pensa que traz o rei na barriga.  
 — Presunção e água benta...

Quando a música parou houve um borbórinho alegre. Alguns moços deram palmas. Mas a *Boroas* sentia-se estafada, não dava ouvidos aos aplausos que à sua volta subiam no meio de zombaria.

Gonçalo aproximara-se dela, tomara-lhe o braço rijo e apertara-o com dedos que o desejo fazia tremer.

- Danças bem, rapariga!  
 — Ora...

A lavradeira levou a mão ao lenço da cabeça, puxou-o sobre a testa com força e logo o arremessou para a nuca, bruscamente. E a voz rude, estalou-lhe entre os dentes, numa onda de calor e de cansaço:

- Tenho sede...  
 — Também eu.

Encaminharam-se para a tenda do vinho. Gonçalo pediu duas malgas de verdasco. Que fôsse fresco — recomendou.

Na colcha azul do céu calmo e profundo as estrélas empalideciam ao luar.

E, enquanto a *Boroas* se dobrava tôda, na ânsia de engulir o vinho até à última gota, o poeta lembrava, ao vê-la, a cortezã roliça de Franz Halz.

- Então, gostas do vinho?

Arrancara-lhe a tejela da mão e fizera menção de a levar aos lábios.

- Quero saber os teus segredos!

- É tarde...

Satisfeita, refrescada, a rapariga sorria, encostava-se mais a êle.

Colados um ao outro, avançavam ao acaso de encontro às sombras que envolviam em coroa as luzes da romaria.

Tinham-se afastado do Pátio e entrado no pinheiral fronteiriço. No escuro, sob a copa das árvores, onde a claridade da lua não chegava, Gonçalo caminhava levando pela mão a *Boroas*, que ria, atordoada ainda com o efeito da malga de verdasco.

Decorridos alguns instantes, os romeiros acharam-se do outro lado do bosque, junto ao portão de Prebenda.

Gonçalo quis entrar dentro da quinta e empurrou a porta de ferro que rangeu, estrondosamente, assustando a *Boroas*.

Um acanhamento estranho apoderara-se dela. Travou o braço do rapaz que a impelia para diante. E não houve meio de a convencer a transpor o limiar do portal. Gonçalo viu-se obrigado a meter por um caminho estreito à beira rio, ao fundo do qual, escondido em parte pelo véelho moínho das Barrocas e por alguns castanheiros vetustos, o paúl das Donas estendia o seu manto macio.

Pararam ambos.

Cansada, a rapariga sentou-se no relvado, onde logo se deitou de costas e ao comprido. Assim ficou durante momentos, aparentemente sossegada, sem que nada lhe revelasse a agitação nervosa, a não ser o arfar do peito, violento, desordenado como um bater de asas de pássaro assustadiço.

A seu lado Gonçalo pusera um cotovêlo no chão coberto de relva e, sôbre os dedos espalmados, descansava a cabeça pensativa. Cercada de isolamento, a lavradeira aparecia-lhe agora diferente. Com o afastamento do baile cessara o ambiente onde o estudante, levado na embriaguez da música e da dança, se tinha aproximado dela.

Brandamente o poeta pegara na mão da *Boroas* e, acariciando-lhe a pele áspera, calejada, perguntou numa voz que êle próprio escutou, como se fôsse grito alheio:

— Maria... gostas de mim?

Então uma gargalhada sonora, sem pensamento, ressoou pelas fragas do rio, sumiu-se nas carvalheiras próximas, reaparecendo em novo eco entre as quebradas do monte.

Só depois de ter soltado o riso é que a cachopa falou, encolhendo os ombros num movimento sonso:

— Porque não hei de gostar do senhor... se nunca me fêz mal?...

O luar esmaltava-lhe o rosto, esmaltava-lhe o pescoço, esmaltava-lhe o colo, que a camisa desabotoada e o coletinho mal fechado deixavam quási nu.

E, no entanto, as sobrancelhas dela escureciam, muito direitas como dois riscos de tinta bem traçados, e as ondas revôltas da cabeleira sôlta escureciam também.

De novo o poeta perguntou:

— Maria... gostas de mim?

Mas antes que a resposta da saloia rompesse o encantamento, Gonçalo beijou os lábios da *Boroas*, selando-os violentamente, apertando contra si êsse corpo robusto que, naquele instante, deitado sôbre o chão, fazia parte da terra, das suas plantas rústicas, selvagens, de tudo o que floria e refloria velado e liberto pela noite!

PEDRO DA CUNHA.



# CANÇÃO TARDIA

Ao grande Poeta Alberto de Oliveira.

**N**A margem do Vouga  
Andava um pastor.

Passou certo dia  
Por êsse pastor  
Um barco vazio.

O vento quedou-se  
E o barco no rio  
Submisso, quedou-se...

Porém quando o vento  
Recomeçou lento  
O barco vazio  
Deu um passo lento...

O pastor então  
Pôs-se a meditar  
Que daquele rio  
O barco vazio  
Podia levá-lo  
Às praias do mar...

E o pastor então  
Pôs-se a meditar  
Que daquele rio  
O barco vazio  
Podia levá-lo  
Às praias distantes  
E voltar com êle  
Cheio de diamantes.

Mas... era já tarde!  
— A curva do rio  
Escondera há muito  
O barco vazio...

8-6-938.

PEDRO HOMEM DE MELLO.



# UM MÚSICO DA TERRA: LUIZ COSTA

(Excerto das palavras pronunciadas num concerto de composições de Luiz Costa).

**A**S suas composições, complexas como são e submetidas a um gosto muito exigente, têm, no entanto, um tom de grande simplicidade. Estão impregnadas de inconfundível lirismo rural, que as localiza, não só portuguesas, mas portuguesas do Norte. Este sabor congénito de rusticidade afirma-se em tôdas as suas obras, em alto grau nos «lieder» e ainda na música de câmara, mas talvez mais particularmente nas peças para piano. Em face da natureza, o reagir de Luiz Costa é sempre, ao mesmo tempo que subtil, forte; assim, por exemplo, na *Solidão dos Campos*, página que uma larga melodia, devaneadora mas ágil, não deixa adormecer nos seus esbeltos circuitos por entre claras, vibrantes harmonias. *Ao toque das Ave-Marias*, certa nuvenzita projectará, sôbre as fundas quebradas, a mancha das suas tonalidades ambíguas.

Mas, em geral, a luz é doirada, hilariante. Dos *Poemas do Monte*, desprende-se, meditativo ou risonho, não sei que íntimo prazer de contemplação, estimulado a cada momento pelas engenhosas surpresas do estilo.

Tal é o ambiente que ritmos de uma graça robusta e harmonias agrestes, originalíssimas, preparam para a feliz jornada *Pelos montes fora*. Como que solicitando

a orquestra, as marulhantes interferências dos *Murmúrios das fontes*, perpétua lisonja para o ouvido, envolvem-nos dum trémulo jôgo de reflexos. A *Canção do Moleiro* vem ligar-se ao feminino dobrar das águas na paisagem lusitana. Pelas imensas perspectivas sonoras que nos abre o poeta-pintor, alongam-se, mais e mais

distantes, os *Ecos dos vales*, último, quasi perdido, ponto vibrante, a tornar maior ainda a paz imóvel das ermas serranias, a onde se vai sumir. Há sempre uma espécie de fragrância acre a juntar-se, quer à cena virgiliana do rebanho que passa, quer ao cântico religioso da grei ou ao admirável achado rítmico dos *Malhadores na eira*. Paisagista a um tempo enternecido e severo, Luiz Costa nos conduz, através de regiões tôs-



LUIZ COSTA

POR

MESTRE TEIXEIRA LOPES

cas, primitivas, não adoçadas de retoques pitorescos. As suas fontes de inspiração vai buscá-las aos cenários, sentimentos e motivos da mais funda raiz portuguesa. O povo lá passa, como nos *Romeiros*, a caminho dos arcaicos santuários, ao som de melodias quasi suas, contudo de contôrno bem pessoal. Sem recurso à música popular, há cunho popular no artista cultíssimo que fixa em quadros tão modernos a poesia aldeana desta terra antiga.

CARLOS MANUEL RAMOS.



# CARICATURISTAS PORTUGUESES

## IV

### JOSÉ DE ALMEIDA E SILVA

Quando cursava a Academia Portuense de Belas-Artes, precursora da actual Escola de Belas-Artes do Pôrto, praticou José de Almeida e Silva a caricatura e nesse ramo do humorismo adquiriu admiradores constantes e obteve êxitos.

As suas preferências iam, consoante o bom paladar do tempo, para a crítica política, se bem que, por vêzes, dela se desviasse para trazer a terreiro outros motivos de oportunidade. Lembra-nos, por exemplo, a violenta disputa travada no *Charivari* com Rafael Bordalo Pinheiro, tendo êste a sua trincheira no *O António Maria*. O remate dado por Almeida e Silva à luta é digno de nota pela sua elegante generosidade.

Mas, se algumas das personalidades políticas em foco naquele momento viam com benevolência as páginas do periódico irreverente, outras, de propósitos reservados, não deixaram de prejudicar o Artista, quando se propôs conquistar o apoio oficial para o prosseguimento da sua educação técnica em Paris.

Essa contrariedade aniquilou o caricaturista, que passou, então, a dedicar-se exclusivamente à Pintura, numa difusão apreciável.

Faça-se uma referência à série de retratos litografados, que José de Almeida e Silva deixou nas primeiras páginas de todos os números do semanário *Charivari*, pois constituem um bom testemunho das possibilidades do seu autor, ao mesmo tempo que hoje, decorrido meio século, fornecem interessantes elementos iconográficos para a identificação das entidades em evidência naquela época.



JOSÉ DE ALMEIDA E SILVA

■

JOSÉ DE ALMEIDA E SILVA nasceu em Viseu a 15 de Novembro de 1864, Pintor pela Academia Portuense de Belas-Artes, cujo curso terminou em 1890.

Professor da Escola Industrial de Emídio Navarro, desde o seu início, em 1899, até 1920. Professor-Director da Escola de Vidreiros da Marinha Grande, desde a sua criação, em 1920, até 1923, em que se aposentou.

Sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

2.<sup>a</sup> Medalha do Grémio Artístico e 2.<sup>a</sup> Medalha de Pintura a óleo da Sociedade Nacional de Belas-Artes, a cujas exposições concorreu em 1901 a 1906, 1909, 1910, 1913 a 1924, 1935 a 1938; *Menção honrosa* na Exposição Universal de Paris de 1900 e *Medalha de prata* na Exposição do Rio-de-Janeiro de 1908.

Tem trabalhos seus no Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa; Museu Grão Vasco, de Viseu; Museu Municipal do Pôrto e Museu Regional de Aveiro. Nos Paços-do-Concelho de Viseu existe uma série de retratos de beirões ilustres, com um *panneau* decorativo de sua autoria. Na mesma cidade há muitos retratos e quadros seus em colecções e casas particulares. Modelou o busto no Monumento a Luiz de Camões na capital da Beira-Alta.

#### Director artístico de:

*Álbum Visiense* — Viseu, 1884-1885.

*Maria da Fonte* — Semanário de caricaturas — Pôrto, 1885-1886.

*Charivari* — Semanário de caricaturas — 1.<sup>o</sup> a 4.<sup>o</sup> ano — Pôrto, 1886 a 1890.

#### Colaborador artístico das revistas:

*Revista Ilustrada* — 2.<sup>o</sup> ano — Lisboa, 1891.

*Serões* — 2.<sup>a</sup> série, vol. II — Lisboa, 1906.

*Ilustração Transmontana* — 3.<sup>o</sup> ano — Pôrto, 1910.

#### Desenhos seus em:

*Almanaque Visiense* — 1884.

*Portugal-Espanha* (número único) — Pôrto, 1885.

*Óbulo às Crianças*, de Camilo Castelo Branco e Francisco Martins Sarmiento — Pôrto, 1887.

*Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco — Edição monumental — Pôrto, 1891.

*Lágrimas e Conforto* (número único) — Pôrto, 1892.

*In Memoriam* — 1394-1894 — Centenário do Infante D. Henrique — Pôrto, 1894.

*Arte e Artistas Contemporâneos*, de Ribeiro Artur — 3.<sup>a</sup> série — Lisboa, 1903.

Autor do livro *Pergaminhos. Contos e fantasias históricas* — Lisboa, 1931 e colaborador literário do *Boletim de Architectura e Arqueologia*. Tómo IV — Lisboa, 1883-1885.

Artigos dispersos por vários periódicos, dentre os quais convém destacar a série, que em 1911 publicou na *A Beira*, de Viseu, preconizando a criação dum museu regional naquela cidade.

ALBERTO MEIRA.

# CANÇÃO

de ROBERTO BURNS.  
(1759-1796)

**A** NDA alegria no vento  
sempre que vem do sol-pôr:  
lá donde vive a serrana  
que me enfeitiçou d'amor!...  
Lá nos montes, pelas fontes,  
pelos pinhais, vai sòzinha...  
A cada momento, o vento  
me faz lembrar — Joanhina!

Vejo-a nas florinhas tenras,  
que dá graça de as olhar;  
ouço-a no trilo das aves  
que põe magia no ar;  
a papoila que florece  
por entre a messe, ou na vinha,  
o rouxinol que modula,  
todos dizem — Joanhina!

Trad. de LUIZ CARDIM.



## A N S I E D A D E <sup>(1)</sup>

Ó  
minha voz erguida sôbre os montes  
Altura dos meus lábios a rezar  
Na bênção cristianíssima das fontes  
Em dolorosas noites de luar.

Meu cântico de amor! Mal tu despontes  
Não sejas mais que um simples murmurar.  
— Só a neblina encobre os horizontes  
E não é mais que um hálito do mar.

Quis Deus fazer de mim palavra erguida  
Canto de amor a trasbordar da vida  
No desmentido sonho que me deu.

E a voz erguida à altura das estrêlas  
Humilde, como as coisas mais singelas  
Ficou-me estática entre a terra e o céu.

LUIZ GUEDES DE OLIVEIRA.

---

(1) Mais uma página de Luiz Guedes, o Poeta que morreu tão novo e no *Labirinto* atingira a mais espiritual altura! Estes versos são da sua primeira maneira.

## BALANÇO... (1)

**A**NTES de entrar no assunto, devo explicar o seu título, que pode prestar-se a erradas interpretações. Não se trata, evidentemente, do baloiço dos navios nas águas agitadas do mar; não se trata igualmente da comparação entre o *deve* e o *haver* de qualquer instituição, mais ou menos comercial.

O caso é diferente. Em 1931 publiquei um livro com o título, tão expressivo como verdadeiro e apropriado — *Prègar no deserto...*

Consta, segundo reza o prefácio, de algumas dezenas de artigos, conferências, cartas e discursos produzidos no espaço de vinte anos, desde 1911; portanto, quando eu ainda era estudante.

A maior parte dèsses trabalhos versam assuntos que se prendem com a saúde do corpo e a cultura do espírito (pedagogia e higiene). Nessa ordem de ideas, mesmo depois de 1931, tenho reincidido em *prègar no deserto*.

É sempre contrariado que falo em público (o Sr. Dr. Valente pode dizer alguma cousa a V. Ex.<sup>as</sup>...) e só o faço por imperativo dever de consciência. Mas quando o faço é, em geral, para denunciar e combater erros.

O *Prègar no deserto...* é, pois, de algum modo uma lista comentada, a meu modo, de cousas que não se deviam fazer, ou que deviam ser feitas.

Parece-me interessante percorrer èsses trabalhos para ver as soluções que o tempo deu aos problemas focados. Alguns estão lamentavelmente na mesma; outros resolvidos, ou em vias disso. Trata-se, pois, do balanço de várias campanhas, ou, melhor dizendo, dos vários capítulos da mesma campanha.

Longe de mim atribuir-me a glória do bom sucesso dèstes últimos. Estou muito bem lembrado daquela fábula da môsca e da diligência que subia uma ladeira. Os pobres cavalos suavam e tressuavam, o cocheiro gesticulava e berrava para os animar, a môsca zumbia à volta e ia dando a sua ferroada nos animais e no condutor, acabando por se instalar còmodamente na extremidade do timão. Quando o carro chegou ao alto da ladeira, disse ela tôda cheia de si: «Se não fôsse eu, nunca isto tinha chegado cá acima»!

Que Deus me defenda da estulta vaidade das môscas de tal casta!

E que Deus me perdoe se, ao invocar esta fábula, maliciosamente vou insinuando que o progresso da nossa terra anda com a velocidade de uma

---

(1) Conferência realizada a 19 de Fevereiro de 1938, na Associação dos Estudantes Católicos.

vélha diligência penosamente arrastada por uma íngreme ladeira acima, entre zumbidos e pragas...

O certo é que, na evolução destes fenómenos, eu tive apenas o papel de espectador atento, interessado e, tantas vezes, impaciente e desiludido.

Vou agora fazer o *balanço* dos problemas que tratei; comparando o seu estado actual com o da época em que lhes dediquei a minha atenção.

Isso corresponderá a expor panorâmicamente a lenta evolução de alguns aspectos essenciais da nossa vida.

Nisso constituirá o único interêsse desta palestra e a sua única desculpa.



Em 1931 já eu fazia um breve e desconsolado balanço, nos termos seguintes: «É verdade que as condições materiais da Universidade do Pôrto tendem a melhorar. A Faculdade de Medicina vai erguendo penosamente o seu edifício, o mesmo acontecendo ao de Engenharia e ao de Farmácia. A Maternidade já é uma bela promessa.

Quanto ao mais... A assistência no Pôrto é pior do que há vinte anos, tendo diminuído muito a capacidade hospitalar. Os tuberculosos incuráveis foram lançados à rua. Dos alienados nem é bom falar... A mortalidade infantil continua em alturas vergonhosas, acima de 20% no primeiro ano de vida. O problema do leite no Pôrto, há pouco vigorosamente agitado (como tantos outros), pela infatigável *Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, ameaça cair em letargo, enredado em teias de aranha. A Eugenia não passa de uma preocupação de lunáticos. A educação física vai sendo um pretexto excelente para pugilatos... de retórica. A orientação profissional, para a grande maioria, não chega a ser uma aspiração. O Instituto continua enquistado no edifício da Faculdade de Ciências, asfixiando as suas instalações. Os inimigos da nossa Universidade, momentâneamente destroçados, esperam na sombra oportunidade para nova ofensiva. Os charlatães enxameiam nas praças e noutros lugares...»

Pois vejamos o que esta triste paisagem variou de então para cá.

Em 1911, ainda estudante, insurgia-me contra as deficientes instalações da Faculdade de Medicina, à qual, ingrata e irreverentemente, alcunhava de pardieiro... ¡Que remorsos eu tenho dessa injúria, e que saúdades da modesta, mas acolhedora e tam alegre casa que era a Faculdade de Medicina de então! ¡Que saúdades das tílias, a cuja sombra amiga tantas discussões travei com os condiscípulos nos intervalos das aulas!

Lá foram as tílias, lá foram quasi todos os mestres, lá foi a vélha Faculdade. Em seu lugar veio aquêle edifício imponente, mas que não posso deixar de considerar errado. Talvez seja parcialidade a favor da minha vélha escola, que me faz parecer a actual, sombria e tumular. Talvez seja dos meus olhos de hoje tam diferentes dos de então... Tanta

miséria, tanto negrume, tanta dor, tanta desolação, tanta maldade, tantas lágrimas por diante deles têm passado, que certamente tudo lhes há de parecer mais sombrio e triste.

Mas a escuridão dos olhos não obscurece o entendimento. Não pode haver ensino médico sem hospital. O Hospital de Santo António é da Misericórdia, que cede uma pequena parte das suas enfermarias para o ensino da Faculdade. Regime precário e imperfeito, cada vês mais precário, à medida que a frequência escolar aumenta.

A Faculdade de Medicina devia ser construída ao lado do Hospital Escolar, ou o Hospital ao lado da Faculdade. O Hospital da Misericórdia era, e é, cada vês mais insuficiente para o mínimo admissível de assistência.

Embora o Estado tenha concedido amplos subsídios à Misericórdia, e isso lhe tenha permitido aumentar o número de camas do hospital, continuam os doentes a esperar longas semanas por uma vaga, de modo que, muitas vêzes, antes que se hospitalizem, sobrevém a cura, ou a morte.

Há muito que está concedida a verba necessária para começarem as obras do Hospital da Cidade.

Parece que está escolhido o terreno. Entretanto muitos doentes continuam a esperar debalde que o novo hospital lhes abra as portas.

Talvez sejam muito respeitáveis os motivos da demora; mas nem os sentimentos de dignidade nem de humanidade do Pôrto podem consentir que esta situação continue indefinidamente.

Ora, quando fôr construído o Hospital com o seu edificio escolar, ficará mais patente o êrro que se cometeu ali defronte do Hospital de Santo António — o palácio mais grandioso que existe no Pôrto, embora o menos apropriado para o fim.

Tudo aconselhava que se desafrontasse a sua imponentíssima fachada. Mas, foram colocar-lhe defronte a mole granítica da nova Faculdade, foram estraçar irremediável e definitivamente a perspectiva do Hospital.

¿Não teria sido mais acertado prever o arrasamento do vêlho quartel do Carmo, onde começaria uma avenida que abrisse caminho amplo para o Norte e Noroeste da cidade?

O arrasamento do vêlho quarteirão fronteiro ao Hospital, com o ajardinhamento do terreno, completaria essa esplêndida obra estética e sanitária.

Gasta a cidade alguns trinta mil contos no seu palácio municipal — com essa verba se construiria um ou, até, dois magníficos hospitais modernos.

¿Um arranjo, entre o Município e a Misericórdia, não teria sido possível?

¿Acaso haverá razões susceptíveis de se sobrepor aos superiores interesses da cidade, aos sagrados interesses dos doentes, que se recolhem à assistência da Misericórdia?

¿Não ficaria imensamente mais perfeita a assistência aos doentes pobres (fim supremo a que deve obedecer a Santa Casa)? ¿Não se poderia

orgulhar a cidade de possuir um dos palácios municipais mais sumptuosos do mundo?

O Hospital, a Universidade, a Relação (saneada, evacuada de presos, possivelmente transformada em palácio de justiça), ligadas entre si por um só jardim, constituíriam um núcleo de edificações que nobilitaria o Pôrto.



Já em 1911, ainda estudante, comecei a tratar do problema higiénico do leite, que escolhi para assunto da minha tese inaugural.

Afirmar e demonstrei que o abastecimento de leite ao Pôrto era tudo quanto havia de mais primitivo e imperfeito.

Afirmar e demonstrei que a mortalidade infantil (que no Pôrto atingia percentagens aterradoras e vergonhosas) tinha como uma das suas causas principais, o péssimo leite.

Afirmar e demonstrei que a fiscalização sanitária do leite não era séria, nem tinha sombra de eficácia.

Afirmar e demonstrei que o *«leite do Pôrto, na sua grande maioria, senão na sua totalidade, é, em face da hygiene moderna, impróprio para consumo e perigoso para a saúde pública»*.

Afirmar e demonstrei que os serviços deviam ser profundamente remodelados, e que só a municipalização poderia resolver o problema com eficácia e em prazo curto.

Passados vinte-e-sete anos (vinte-e-sete anos!) tudo continua na mesma, se não pior.

Neste intervalo bastas vêzes voltei ao assunto, a-pesar-de ter enveredado por outros caminhos, desmentindo aquêlo ingénuo e sábio higienista americano que, em face da minha tese, profetizara que eu seria um higienista...

¿Que entendia aquêlo pobre sábio americano de hygiene e higienistas no clima português?!...

Denunciei em 1922 a bárbara imundície como são *lavados* os canados do leite por essas estações do Caminho de Ferro da Póvoa.

Os meus esforços isolados ficavam sem eco, ou êste, breve se extinguiu.

Dizia eu, tristemente: «Foi como se uma pedra, ao cair num pântano, fizesse ondular a superfície da água estagnada, voltando esta, passados momentos, à imobilidade anterior e continuando, lá no fundo, a fermentar tranqüilamente, a podridão».

E continua...

Em 1927 voltava eu à carga, melancòlicamente desiludido: «Revoluções sangrentas, formidáveis campanhas jornalísticas, muito talento, muita energia, muito sangue desperdiçados com fins meramente políticos. Se a décima parte dêste esfôrço fôsse expendida em favor da infância portuguesa, quantos



benefícios daí adviriam! E é nessa infância que se encerra potencialmente o futuro da raça e, portanto, da Pátria Portuguesa».

Lembrava eu que havia 16 anos tinha denunciado que o fornecimento de leite ao Pôrto era um atentado contra a higiene e um perigo para a saúde pública. Que a péssima qualidade do leite estava estreitamente ligada à tremenda mortalidade infantil...

Golpes desferidos contra uma armadura de aço bem temperada, ainda que a não rompam, ressoam e dão chispas de luz, o que alegra o coração dos combatentes.

Mas, quando o inimigo se envolve em espessa armadura de sebo, os golpes vibrados com alma são absorvidos pela gelatinosa couraça; não ressaltam, não dão luz nem som — defesa passiva e inerte que desarma os entusiasmos mais ardentes e combativos, pela ausência de reacção que dá a certeza da inutilidade de todos os esforços.

O próprio coração, se ao contrair-se não encontra sangue que lhe ofereça resistência, esmorece e sucumbe...

Finalmente, as minhas palavras não caíram em ouvidos surdos, e a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, cuja tenacidade e persistência são quasi lendárias, pediu a minha colaboração em uma campanha de envergadura.

Aderi gostosamente e recobrei um pouco do entusiasmo perdido, por me lembrar que o prestígio que a Liga tinha alcançado noutras campanhas, e o seu considerável poder de propaganda conseguiriam triunfar da indiferença reinante. Escrevi, pois, uma série de artigos em 1928, que foram publicados nos principais diários de Lisboa e Pôrto e vários jornais da província.

Como seqüência dessa campanha, promoveu a Liga, na sua sede, uma reunião memorável de algumas dezenas de pessoas interessadas a vários títulos no problema do leite: médicos, veterinários, agricultores. A Câmara fez-se representar, entre outros, pelo seu presidente, Dr. Sousa Rosa. Nessa reunião tive o prazer de verificar que não estava isolado. Várias individualidades presentes (sobretudo veterinários!) estavam perfeitamente integrados no problema. Nessa mesma reunião tive ensejo de apresentar um documento impressionante: um gráfico representativo da mortalidade infantil em Rochester, antes e depois de instaladas centrais leiteiras pela Municipalidade. A mortalidade infantil tinha diminuído de 3.600 para 2.400 — um terço.

Dessas reuniões saiu um relatório elaborado pelo director geral dos Serviços Pecuários (Dr. Figueiroa Rêgo), que concluía pelo voto de que a Câmara instalasse uma ou duas centrais leiteiras modelares, como primeiro e decisivo passo na solução do problema higiénico do leite.

Depois de um breve período de entusiasmo, resolveu a Câmara, mal aconselhada pelos técnicos, fazer um concurso de vacas leiteiras para se «aquilatar da qualidade do leite», como se não estivesse demonstrado à saciedade que o leite do Pôrto era geralmente impróprio para consumo e responsável de muitos infanticídios.

Fui amavelmente convidado para fazer parte da comissão organizadora de tal concurso: declinei o convite, por estar absolutamente convencido da ineficácia do método. Como de facto.

Por esse tempo, o Prof. Dr. Manuel Pinto, com alguns discípulos, fez uma série de análises do leite do Pôrto, chegando a encontrar 700 milhões de micróbios por centímetro cúbico, ou seja, 35 milhões em cada gota!

Isso demonstra, com terrível eloquência, que o leite do Pôrto (ao contrário do que oficialmente se anunciara), se alguma coisa tinha mudado de 1910 para cá, era para pior.

Também explicava que tivessem resultados praticamente ineficazes todos os esforços para diminuir a mortalidade infantil.

O *Comércio do Pôrto*, de 13 de Outubro de 1931, publicava uma carta minha dirigida à Liga Portuguesa de Profilaxia Social, em que se comentava um artigo de Comby sobre a mortalidade infantil na Havana (16 %). Dizia Comby, indignado, que aquela taxa era «superior à da região mais atrasada do continente europeu». Felizmente Comby não conhecia a taxa da mortalidade infantil no Pôrto, ainda superior a 20 %.

Comby aconselhava Cuba a seguir o exemplo da Nova Zelândia (que tinha a mortalidade infantil mais baixa do mundo: 3,8 %), a qual era devida a regras de higiene inteligentes e bem seguidas. Entre elas avultava um Instituto Municipal modelo para o fornecimento de leite higiénico, o que está perfeitamente de acôrdo com a experiência de Rochester, atrás citada.

Reforçando a importância dessas instalações higiénicas do leite, acrescentava Comby: «*Porque está provado que a má qualidade do leite é a causa principal das perturbações digestivas responsáveis pela maior parte da mortalidade infantil*».

Esta verdade elementar e revélha vai fazendo, finalmente, carreira, sobretudo... entre os distintos veterinários encarregados da sanidade pecuária.

Quando o Sr. Dr. Alfredo de Magalhães assumiu a presidência da Câmara, decidiu arrumar com a já fastidiosa questão do leite. Com o espírito de larga iniciativa que o caracteriza, nomeou uma Comissão composta de médicos, veterinários e engenheiros, a quem incumbiu de estabelecer, sem demora, o plano de higienização do leite.

Dela tive a honra de fazer parte.

Aproveitando os trabalhos anteriores, estabeleceu a Comissão o seu plano com exemplar brevidade. Foi dividido o problema em duas partes:

- 1.<sup>a</sup> — Produção;
- 2.<sup>a</sup> — Transporte, higienização e distribuição.

Considerando que a primeira parte não podia a Câmara resolvê-la por si, decidiu-se atacar o problema pela segunda parte, solução que tinha por elemento principal a construção de uma central leiteira. Foi escolhido o

local, organizado o caderno de encargos e as condições do concurso para a construção e apetrechamento da central, que podia estar a funcionar dentro de um ano.

O problema da produção seria depois resolvido mais lentamente com o auxílio das autoridades pecuárias, por meio de preços diferenciais segundo as qualidades do produto, etc.

Entregue o plano, tive a ingenuidade de supor que o problema ia ser finalmente resolvido com rapidez e decisão. Sucedeu que um ou mais colaboradores do Dr. Alfredo de Magalhães quiseram estudar o plano. Havia a questão dos excedentes do leite que podiam existir em certas épocas de produção mais abundante. Que se havia de fazer a esse leite? Parece que aquêle colaborador do Dr. Alfredo de Magalhães ainda não chegou a uma conclusão. Será melhor fazer queijo, manteiga ou botões?

Em comparação com este magno problema ¿que importa a ninharia de duas mil-e-quatrocentas crianças mortas por ano?

¿Que importa o labéu de estar muitos furos abaixo de Havana e da pretensa região mais atrasada do continente europeu?

Dizia o grande filósofo argentino Navarro Monzó que, segundo a filosofia chinesa, uma idea carece de 25 anos para amadurecer e dar fruto. Onde vão os 25 anos! Havemos de concordar que somos ainda mais lentos e pacientes que os filhos do ex-Celeste Império.

No entanto notam-se evidentes sinais de que a idea está em marcha e há de esmagar e subverter tôdas as resistências activas e passivas, que têm ensombrado uma das páginas mais negras da nossa hygiene.



A decadência física do homem e a protecção à raça ocuparam algumas vêzes a minha atenção a partir de 1912. Tendo eu feito inspecções militares, quer na cidade do Pôrto, quer nas serranias da Beira-Alta, quer ainda nas populações da beira-mar, senti-me profundamente alarmado por ver que muitas vêzes nem um têrço dos mancebos recenseados tinham aptidão física para a vida militar. Mais recentemente foi isso verificado pelo Prof. Mendes Correia e seus discípulos. A vélha raça portuguesa, que espantou o mundo com sôbre-humanas façanhas, que, sendo composta de algum milhão-e-meio de homens, dominou um dos maiores impérios que têm havido na terra, raça de homens tão rijos de ânimo como de pulso, ameaçava cair na mais lamentável degenerescência. Que seria de Portugal servido por inválidos?

São múltiplas as causas responsáveis por estes tristes resultados, algumas das quais denunciei. Fui dos primeiros, senão o primeiro, a apontar a necessidade de estudar a nova ciência — a Eugenia — que nos ensina a obter uma raça originariamente robusta e sem taras.

Só muito recentemente a Eugenia foi encarada a sério entre nós, tendo sido fundada uma Sociedade de Estudos Eugénicos.

Por outro lado os exageros brutais praticados em certos países em nome da Eugenia, tornaram essa ciência muito mal afamada em Portugal. Muitas prevenções injustas se têm levantado contra ela, que, dentro da mais irrepreensível ética, e mediante um vasto plano educativo, pode prestar incalculáveis serviços à causa sagrada da defesa da raça.

Múltiplos e temerosos inimigos a espreitam na sombra e a comprometem gravemente na quantidade e na qualidade. Doenças hereditárias evitáveis, a ignorância, a miséria, o mau leite, a ausência de higiene.

Todos estes males contribuem para a temerosa mortalidade infantil, desfalcando o nosso capital humano, tam minguido e precioso.

Dizia eu: Portugal carece de mais e melhores portugueses, não só para povoar e cultivar o próprio Continente, mas também o nosso enorme Império Ultramarino, o melhor, senão único processo eficaz de o defender contra ilegítimos e insaciáveis apetites. Mais e melhores portugueses carecemos também para manter no Brasil — a mais gloriosa projecção da nossa Pátria — a hegemonia da nossa raça.

Ora tôdas as causas que contribuem para a mortalidade infantil contribuem também para que os sobreviventes fiquem muitas vêzes irremediavelmente tarados — dupla e lamentável tragédia.

Um meio existe capaz, até certo ponto, de neutralizar os efeitos de uma hereditariedade má e de erros perpetrados na primeira infância. São os raios ultra-violetas.

No fim da Grande Guerra, tais foram as privações sofridas pela população civil na Alemanha, que as crianças — as maiores e mais inocentes vítimas — apresentavam, geralmente, um aspecto miserável. Fotografias tiradas ao acaso nos jardins públicos demonstram que a população infantil da Alemanha estava pavorosamente degenerada. Pernas tortas, cabeças enormes, ventre dilatado, tórax deprimido, todos os estigmas do raquitismo, eram moeda corrente.

Foi então que o grande médico de Berlim, Huldshinsky, descobriu que os raios ultra-violetas são capazes de prevenir e curar o raquitismo. Demonstrou-se mais tarde que são capazes de prevenir e curar a escrofulose e muitas outras manifestações da tuberculose cirúrgica. Demonstrou-se também que eram um meio eficaz de robustecer as crianças e de as tornar muito mais resistentes a tôdas as infecções.

Multiplicaram-se as instalações de raios ultra-violetas na Alemanha, as quais chegaram a contar-se por dezenas de milhar... e a miserável geração de raquíticos do fim da guerra deu o moderno exército alemão cujas passadas fazem tremer o mundo!

Fala-se muito de Hitler... Quem recorda o papel de Huldshinsky?

Fui o primeiro a introduzir entre nós os raios ultra-violetas. Fiz uma campanha persistente, quer em conferências, quer em artigos nas revistas

médicas, tendente a pôr em relêvo o valor terapêutico e social da luz. Como para o leite, tive o desgosto de sentir a mesma indiferença deliberada, o mesmo cepticismo real ou fingido, a mesma surda hostilidade.

Não vem para aqui analisar e comentar êste fenómeno.

Mas eu pergunto que espécie de seara produzirá a trágica sementeira de corpinhos tenros, regados com lágrimas; e se dêsses corpos mirrados, torcidos e martirizados de tanto inocente não se levantará a maldição bíblica contra a indiferença, a estupidez e a perversidade dos responsáveis.



Freqüentes vêzes ergui a minha voz contra o charlatanismo triunfante. As chinezas dos bichos, que, ao serem expulsas, quasi provocaram uma revolta popular em Lisboa, não lhes faltando defensores de alta categoria — advogados, deputados e até médicos (!) — e, mais recentemente, o assuerismo, são os capítulos mais vergonhosos desta longa e triste história. O célebre curandeiro de Vilar-do-Pinheiro, que acumulava a sua profissão com a de regedor, quasi justificava um combóio especial diário, que do Pôrto lá conduzia o rebanho dos seus fiéis, a quem fornecia um único e infalível remédio: um cozimento de sene, que êle fazia às pipas. Se não tivesse morrido, talvez ainda fôsse curandeiro e regedor.

A-propósito do Sr. Oliveira, que ali nos Lóios vendia um remédio infalível para dores de dentes, calos, unhas encravadas, flatos, espinhelas caídas e não sei que mais, lembrei o que conta Benedicenti, professor italiano. Ainda ouvira descrever ao pai a cena pitoresca que representavam os charlatães, em meados do século XIX, nas praças de Turim, impingindo aos basbaques elixires e panaceias.

Por aqui os charlatães da praça pública chegaram quasi até meados do século XX.

E neste ano da graça de 1938 ainda se anunciam, à sombra da maior impunidade, remédios infalíveis para matar, em três minutos, os germes da asma, para curar a tísica, filtrar o sangue, etc., etc., etc.

Os autores dêstes remédios e dêstes anúncios devem fazer dos portugueses a mesma idea que Fernão de Magalhães fêz dos filipinos, que davam ouro em troca de espelinhos e contas de vidro...

Se já não enxameiam os charlatães nas praças, como eu dizia em 1931, medram luxuriantemente noutros lugares.

Mas... cala-te bôca!...



Como os problemas sanitários, sempre me apaixonaram os problemas pedagógicos.

Inesperadamente levado a uma cadeira de professor da Faculdade de

Farmácia e, depois, a seu director, sempre pugnei pela elevação e dignidade do seu ensino. Êste, que por assim dizer, não existia antes de 1902 (a maioria dos farmacêuticos, — os de 2.<sup>a</sup> classe — não tinham curso e eram submetidos apenas a um exame), tinham subido em 1928 ao nível dos países mais adiantados. Além de vários artigos, dediquei uma oração *de sapientia*, em 1928, à exaltação e à defesa da cultura do farmacêutico, demonstrando a sua importância social e nacional.

Não obstante, tive o desgosto, em 1932, de ver estabelecida uma reforma que representa um retrocesso lamentável. Todos os meus esforços e argumentos se inutilizaram contra a vontade e a influência de um ilustre professor... de cirurgia. Foi esta uma das experiências mais dolorosas e mais corrosivamente desmoralizadoras de tóda a minha vida pública.

A defesa genérica do ensino superior no Pôrto e da sua Universidade deu-me não poucos cuidados, informado como estou do desamor com que êsse ensino, tanto tempo e tantas vêzes, foi visto por Lisboa e Coimbra.

A história da Academia Politécnica é uma verdadeira odisseia quasi desde a sua criação, em 1837, pelo honrado Passos Manuel. Tentativas francas e brutais de extinção umas vêzes, propósitos de aniquilamento por inanição lenta muitas mais, tudo foi experimentado para estrangular êsse germe da futura Universidade. Foi necessária tóda a heróica e desinteressada tenacidade dos seus mestres, o bairrismo, a energia e a inteligente compreensão dos seus mais sagrados interesses por parte dos burgueses do Pôrto para neutralizar e inutilizar tódas as múltiplas e multiformes tentativas.

Para se avaliar a têmpera dêsses homens bons do Pôrto e o nobre desassombro com que reclamavam, mas não mendigavam justiça, basta citar esta passagem da representação assinada por todos os lentes da Academia e enviada aos *Senhores Deputados* em 1859, por ocasião de certa manobra centralizadora: «A instrução já tem parecido em Lisboa cousa inútil no Pôrto.

Na Terra que deu nome e liberdade a Portugal... e que tem sabido prosperar com os seus próprios recursos, sem se tornar parasita das províncias, nesta terra não é preciso que haja senão sangue e dinheiro, o primeiro para que a Capital possa, em mais descanso, disfrutar o segundo».

Pois o Moloc da centralização não cansa nunca, não se dá por vencido. Ora afivelando a carrancuda máscara da insolência, ora escondendo os seus propósitos sob o manto da mais hipócrita blandícia, está sempre presente e ameaçador.

Em 1928 tomou corpo uma tentativa que visava praticamente ao aniquilamento do ensino superior no Pôrto, o qual ficaria pior que antes da grande reforma de 1911.

Instrução no Pôrto para quê? Bastava que aqui houvesse sangue e dinheiro...

Alguns jornais de Lisboa abriram a campanha preparatória da grande ofensiva.

A essa campanha respondi com uma série de artigos em *O Comércio do Pôrto*, em que facilmente eram pulverizados os capciosos argumentos da tal Imprensa. No entanto, muito mais eficaz que os meus artigos de defesa da nossa Universidade, foi a intervenção enérgica e decisiva do General Craiveiro Lopes, a quem tive a felicidade de elucidar acêrca da tôrva conspiração. Malogrou-se, mas ia jurar que não desarmou.

Durante as festas do Centenário, estando a presidir a uma das conferências culturais na Faculdade de Ciências, recordei a existência de lutas e dificuldades da vèlha Academia e, depois, da Universidade. Apliquei-lhe o conceito daquele filósofo, segundo o qual o homem digno dêsse nome deve construir a sua cabana à margem de um vulcão, para que o perigo sempre iminente tonifique as suas fibras morais e físicas, e o mantenha permanentemente alerta e pronto para a luta.

Assim sucede com a nossa Universidade. É preciso conhecer a sua história, ter a consciência da hostilidade permanente, manifesta ou oculta nos seus inimigos, não para desanimar e sucumbir, mas, como o nosso grande Nun'Álvares, para sob as vestes da paz, manter sempre bem cingido o arnês, pronto para o combate.

Entretanto é de justiça reconhecer que o Govêrno, últimamente, tem mostrado carinhoso interêsse pelas instalações escolares do Pôrto, o que me levou a proclamar na sessão solene de inauguração da festa do Centenário, que o Pôrto, a êsse respeito, progrediu mais nestes dez anos, do que nos cem antecedentes.

A Faculdade de Ciências foi liberta do Instituto Industrial, e da Faculdade de Engenharia. Esta encontra-se òptimamente instalada em majestoso edifício propositadamente construído. A Faculdade de Medicina viu erguer-se o seu palácio que, se tem defeitos, não podem imputar-se ao Estado. A Faculdade de Farmácia conseguiu terminar o seu edifício, excelente na sua modéstia. A Maternidade Júlio Deniz está prestes a abrir as suas portas.

Temos aí dois magníficos liceus...

Ainda sou do tempo em que existia um único liceu, o da Vitória, e ainda recordo com horror aquela sombria caverna onde se acumulavam mais de setecentos estudantes. Uma vergonha e um crime de lesa-mocidade, felizmente já redimido. Com êsse horror eu lembro, com infinita gratidão, o grupo de distintíssimos professores que lá me ensinaram, e a quem devo muito do pouco que sou.

Aos meus pulmões, habituados ao ar livre, puro e luminoso da minha aldeia, muito custou aclimatarem-se àquele ambiente subterrâneo e mal são, mais de enxovia, do que de Escola.

Não tinha propensões para cábula, nesse tempo, pois era enérgicamente estimulado pelo tríplice aguilhão do brio, da ambição e do exemplo. No entanto, ainda recordo com precisão, a alegria com que era recebido um feriado que

me permitisse ir até à Cordoaria, respirar bom ar, deleitar-me com as sombras (naquele tempo na Cordoaria ainda havia sombras...), contemplar as árvores amigas, que me recordavam os arvoredos da minha terra.

Mais felizes são os estudantes de agora, que trabalham em condições materiais infinitamente melhores. Que êsse ambiente lhes seja propício e êles o reconheçam, o mereçam, e saibam compensar pelo seu trabalho, dedicação e patriotismo.

Um aspecto da nossa pedagogia que muito me interessou foi o dos livros primários. Quando as minhas filhas começaram os seus estudos, assaltou-me naturalmente a curiosidade de percorrer os livros escolares por onde elas iam tomar o primeiro contacto com as letras e ciências. Fiquei aterrado e revoltado. Os livros eram, na verdade, um assombroso amontoado de cousas inverosímeis.

A convite da Liga Portuguesa de Profilaxia Social fiz uma conferência em 1930, em que alinhei passagens dos compêndios elaborados e *aprovados* (!) para ilustração da infância portuguesa. Eram, como disse, um «sudário de noções, ora confusas, ora grosseiramente erradas, de doutrinas absolutamente em desarmonia com o desenvolvimento intelectual das crianças (aliás expostas com uma falsa aparência de simplicidade), duma lamentável e absurda exibição de estilos gradíloquos, de frases empoladas e sonoras, mas sem seqüência lógica e sem sentido».

Se aquêlê estendal de misérias fôsse intencional, teríamos de o considerar autêntica e gigantesca manobra tendente a aniquilar a Nação portuguesa por imbecilização colectiva. Mas, intencional ou não, calcula-se o efeito pernicioso e irremediável sôbre o espírito das novas gerações. Admirava-se um autor que, «sendo as crianças tam inteligentes, os homens fiquem tam estúpidos...» Se o autor conhecesse os nossos livros escolares de outro tempo, não teria de que se admirar.

Desta vêz não prèguei no deserto, e o escandaloso fenómeno começou a sentir um freio.

No entanto, tal é a fôrça da tradição e o poder dos maus costumes inveterados, que ainda há pouco encontrei em um livro aprovado para leituras infantis esta frase hedionda: «Portugal ainda é um País independente...»



Muito já tenho abusado da paciência dos meus ouvintes, mas não quero terminar esta descolorida palestra sem dedicar uns momentos às árvores e à sua desdita.

As pobrezinhas têm sido perseguidas com sanha feroz, principalmente por aquêles a quem competia tratá-las, ampará-las e defendê-las amorosamente. Dizia-me há tempos uma das mais distintas senhoras da colónia



inglês que o Pôrto, desde que o conhecia, tinha progredido imenso. Uma cousa havia em que êle tinha piorado de modo inexplicável — nos seus arvoredos.

Aquela inglêsa não entendia, ou por um natural melindre, não quis diante de mim definir o fenómeno em tôda a sua crueza: falta de gôsto, falta de cultura, falta de civilização.

Quem conheceu o Palácio de Cristal, os jardins da Cordoaria e de S. Lázaro, a Praça e as suas tílias, as Carmelitas e os seus frondosos e formosíssimos plátanos, a rua das Valas com os seus castanheiros, a rua de Agramonte, os próprios cemitérios, não pode deixar de pasmar e de se revoltar contra a onda de vandalismo que os devastou, em holocausto ao deus-mangérico.

As tílias, carvalhos e árvores-de-ponto, que tanta formosura davam à Rotunda da Boavista, foram selvaticamente podados, como se o seu papel fôsse dar lenha, em lugar de beleza e sombra.

Ver derrubar uma árvore é para mim sempre penoso, mas compreendo que isso é, às-vêzes, um mal necessário. ¡Mas, quantas barbaridades injustificadas e inúteis se têm perpetrado por essa cidade fora contra as pobres árvores sem defesa!

Em Londres, nenhum proprietário pode derrubar uma árvore do seu parque sem licença das autoridades. As árvores, dado o seu papel estético e higiênico, são consideradas património comum, o que explica tal medida, em país tam respeitador das liberdades individuais.

¡Pois entre nós, nos últimos decénios, o Município não contente em destroçar os próprios arvoredos, ainda tem obrigado os proprietários a cortar os ramos das suas árvores que se estendam sôbre as ruas!

Ali para a rua João de Deus, na quinta dos Vanzeleros, ainda há pouco havia dois olmos colossais (um deles derrubou-o a tempestade).

Já no tempo do cêrco do Pôrto eram árvores veneráveis. Refere Silva Gaio no seu *Mário*, que um dos seus heróis, ferido, esteve deitado à sua sombra. Pois, como as gigantescas pernadas de um deles esbracejasse por cima do muro para a rua, aqui há alguns anos, as autoridades municipais mandaram-no *aprumar*, mutilando-o lamentavelmente. Se fôsse em terra mais civilizada, aquela árvore seria promovida a monumento nacional, ou, pelo menos municipal.

Felizmente há indícios de que as árvores não estarão mais sem defesa. O meu ilustre colega e amigo Dr. Mendes Correia, que inteligentemente está presidindo aos destinos da Câmara, já impôs a quem de direito o respeito pelas árvores, as quais não podem ser derrubadas sem uma deliberação expressa da vereação. Honra lhe seja.

As árvores não estarão mais expostas aos caprichos de qualquer hortelão, ou de qualquer vizinho... de vistas largas.



Permitam-me que termine por uma história zoo-botânica.

Há tempos fui visitar o Museu Soares dos Reis, que ainda não vira, depois de ter sido inteligente e amorosamente ordenado pelo Dr. Vasco Valente.

Admirei mais uma vez a maravilha fatal do *Desterrado*, em cujo corpo inerte e frio palpita e geme a saúde portuguesa. A custo desviei os olhos, que a êle se me prendiam como a um espelho encantado.

A um canto do museu vi um quadro que representa a abertura da rua de Alexandre Herculano. No terreno vicejavam árvores frondosas que nunca tinham sentido um podão.

Como o nosso vèlho trovador, deu-me vontade de gritar «Ai Deus e hu é?»

Que é feito das árvores do Pôrto? Que é feito dos bons portuenses que tanto amavam as árvores?

Outro quadro junto a êste desviou a minha atenção — uma formosa cabeça de burro — tam vivo e natural que só lhe falta falar. A fronte larga e os olhos meditativos revelam inteligência. No alto da cabeça duas grandes orelhas, erectas e ponteagudas, fizeram-me lembrar duas antenas por onde se irradia ponderação e sapiência.

Olhei para as árvores e olhei para o burro. Um raio de luz fulgurante iluminou as trevas do meu entendimento. Não bradei o *eureka* de Arquimedes; mas do meu espírito jorrou esta verdade luminosa: o burro comeu as árvores!...



Sáú descosida e desmedida esta conversa. Como diz o outro: não tive tempo para a fazer mais pequena.

Da sua desordem e falta de unidade (onde se atropelam cousas irónicas, cáusticas e plangentes) ressalta, creio e desejo eu, uma grande lição.

Neste mundo trava-se uma luta constante, sem tréguas e sem quartel, entre as forças do bem e do mal, da verdade e do êrro.

A mocidade universitária cedo deve participar na batalha; mas deve conhecer as armas, a tática e os múltiplos ardis do inimigo.

A grandeza ou miséria de Portugal estão nas suas mãos. Daí o seu interêsse e a sua imensa responsabilidade. Quanto mais dura fôr a luta, mais alta será a vitória.

AMÉRICO PIRES DE LIMA.

# MARQUES ABREU

OFICINAS DE FOTOGRAVURA



Avenida Rodrigues de Freitas, 310

PÔRTO

CASA FUNDADA EM 1900



Pela magnífica instalação destas oficinas, pelo moderno e aperfeiçoadíssimo material adquirido e ainda pela larga escala em que se trabalha, são as que melhor podem servir o público com

R A P I D E Z,

PERFEIÇÃO

E ECONOMIA



AUGUSTO

GOMES

Preço 5 escudos